

CONRADO FIGUEIREDO PELEGRINELLO

A FELICIDADE COMO PARÂMETRO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Wellington da Silva Pereira

CURITIBA

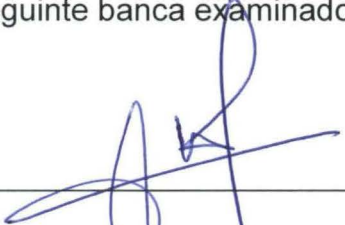
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

CONRADO FIGUEIREDO PELEGRINELLO

A FELICIDADE COMO PARÂMETRO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Wellington da Silva Pereira

Orientador – Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Huáscar Fialho Pessali

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. José Felipe Araújo de Almeida

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 21 de fevereiro 2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Wellington da Silva Pereira, por tornar possível transformar minhas ideias e rascunhos em um estudo organizado.

Ao professor João Basílio Pereima Neto, por suas valiosas sugestões, bem como suas ricas colaborações bibliográficas.

Aos professores Huáscar Filho Pessali e Fabiano Abranches Silva Dalto pelos auxílios e conselhos.

À minha família, pelo suporte financeiro e afetivo, em especial à minha mãe, pela intensa dedicação e afinho com que me ajudou com a língua portuguesa nessa monografia.

A meus amigos e a quem amo, pela calma e compreensão com minhas ausências.

“Obrigado a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.” (Augusto Branco)

GNP is a valuable goal, but should not be pursued to the point where economic stability is jeopardized, community cohesion is destroyed, the vulnerable are not supported, ethical standards are sacrificed, or the world's climate is put at risk. (HELLIWELL *et al.*, 2012, p. 9).

Layer upon layer of abstruse mathematical models were erected higher and higher above the shallow concrete foundation of fact. (DALY, 1991, p. 3).

O Homem é um ser social. Ele não é produto do desenvolvimento material da sociedade. (Tavares, 2009).

RESUMO

O desempenho do desenvolvimento econômico sempre foi mensurado através de variáveis objetivas como a renda per capita e o IDH. Entretanto, se tornarmos como exemplo que após determinado nível de renda com baixa desigualdade, o consequente crescimento econômico não se traduz em mais qualidade de vida, teremos que os indicadores citados não se mantêm fiéis à mensuração do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a economia da felicidade tem recebido cada vez mais atenção, principalmente nos países desenvolvidos. Essa monografia tem o objetivo de trazer à tona a relevância da mensuração de variáveis subjetivas na avaliação do desenvolvimento econômico, tais como a felicidade, a satisfação de vida, a liberdade e as convenções morais e sociais. Esse estudo se iniciou discutindo a abordagem tradicional do desenvolvimento econômico, o crescimento da renda per capita, a desigualdade de renda, o estado estacionário e a convergência. Foram, então, abordadas as visões alternativas do desenvolvimento, onde se focou a importância das variáveis subjetivas como a felicidade, a satisfação de vida, a liberdade, o capital social entre outros. Apresentaram-se diversas críticas ao estado estacionário tradicional e defesas à convergência entre os países. Ao final, foram apresentados os principais métodos alternativos de mensuração do bem estar e foi discutida sua relevância, de onde se concluiu que as avaliações do bem estar subjetivo precisam evoluir com o intuito de serem padronizadas, viabilizando a adoção da economia da felicidade por economistas e políticos.

Palavras-chave: Economia da Felicidade. Desenvolvimento Econômico. Estado estacionário. Desigualdade. Convergência.

ABSTRACT

The economic development has always been measured by objective variables such as income per capita and the HDI. However, when a country reaches certain income level with low inequality, the following economic growth does not render better wellbeing. In that situation, the per capita income, the HDI and other traditional indicators do not remain loyal to the measurement of economic development. In this context, the economics of happiness has received increasing attention, especially in developed countries. This paper aims bringing to light the relevance of measuring subjective variables in the evaluation of economic development, such as happiness, life satisfaction, freedom and the moral and social conventions. This study began explaining the traditional approach of economic development, per capita income growth, income inequality, steady state and convergence. Then the alternative approach of economic development is discussed, focusing on the subjective variables significance, such as happiness, life satisfaction, freedom, social capital and others. It was shown some criticism of the traditional steady-state and some arguments in favor of the absolute world convergence. At the end, it was revealed a few alternative methods of measuring well-being and their relevance was discussed. The conclusion is that the measurement of the subjective well-being must evolve in order to be standardized, enabling the adoption of the economics of happiness by economists and politicians.

Key Words: Economics of Happiness. Economic Development. Steady State. Inequality. Convergence.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ANÁLISE CROSS-SECTION DA RENDA PER CAPITA VERSUS ÍNDICE DE GINI.....	18
GRÁFICO 2- DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MUNDIAL ENTRE 1970 E 2006.....	23
GRÁFICO 3- TAXA DA POPULAÇÃO MUNDIAL ABAIXO DA LINHA DA MISÉRIA ENTRE 1970 E 2006.....	23
GRÁFICO 4- DESIGUALDADE ENTRE PAÍSES E DENTRO DOS PAÍSES ENTRE 1970 E 2006.....	24
GRÁFICO 5- TAXA DA POPULAÇÃO MUNDIAL ABAIXO DA LINHA DA POBREZA POR REGIÕES ENTRE 1970 E 2006.....	25
GRÁFICO 6 – PRODUTIVIDADE E LIMITE TEMPORAL.....	40
GRÁFICO 7- BENEFÍCIOS E CUSTOS MARGINAIS DO CONSUMO.....	41
GRÁFICO 8- ESCAPE AO CONSUMO EXCESSIVO, DESCLOCAMENTO DO CUSTO MARGINAL NA CURVA DE BENEFÍCIOS E CUSTOS MARGINAIS DO CONSUMO.....	42
GRÁFICO 9 - DESEMPREGO X JORNADA DE TRABALHO NA EUROPA EM 2011.....	44
GRÁFICO 10 – JORNADA DE TRABALHO E RENDA PER CAPITA NOS ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA ENTRE 1960 E 2002.....	46
GRÁFICO 11 – JORNADA DE TRABALHO E HPI 2011.....	47
GRÁFICO 12 – PIB NORTE-AMERICANO X SATISFAÇÃO DE VIDA DOS NORTE-AMERICANOS ENTRE 1940 E 2000.....	73
GRÁFICO 13 – SATISFAÇÃO DE VIDA E RENDA PER CAPITA NO MUNDO EM 2010.....	75

GRÁFICO 14 – RENDA PER CAPITA E SATISFAÇÃO DE VIDA EM 2007.....	81
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO GOVERNO SUECO.....	58
TABELA 2 – PRINCIPAIS ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DO BEM ESTAR SUBJETIVO.....	61
TABELA 3 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA OECD.....	63
TABELA 4 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO FIB	65
TABELA 5 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA ONS.....	66
TABELA 6 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO GALLUP.....	68
TABELA 7 - FELICIDADE ENTRE GÊMEOS UNIVITELINOS.....	76
TABELA 8 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MAIS FELIZES DO MUNDO EM RELAÇÃO À IGUALDADE, CAPITAL SOCIAL E RENDA PER CAPITA.....	80

LISTA DE SIGLAS

CIA	- <i>Central Intelligence Agency</i>
EUA	- Estados Unidos da América
FIB	- Felicidade Interna Bruta
GNH	- <i>Gross National Happiness</i>
GNP	- <i>Gross National Product</i>
HIV	- <i>Human immunodeficiency virus</i>
HPI	- <i>Happy Planet Index</i>
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INSEE	- <i>Institut National de la Statistique et des Étude Économiques</i>
IRES	- <i>Institut de Recherces Economiques et Sociales</i>
NEF	- <i>The New Economics Foundation</i>
OECD	- <i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
ONS	- <i>United Kingdom Office for National Statistics</i>
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	- <i>Purchasing Power Parity</i> ou Paridade do Poder Aquisitivo
U.R.S.S-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WB	- <i>The World Bank</i>
WWF	- <i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A ABORDAGEM CONVENCIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10
2.2 DESIGUALDADE DE RENDA.....	13
2.3 ESTADO ESTACIONÁRIO.....	19
2.4 CONVERGÊNCIA	21
3 AS ABORDAGENS ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .	26
3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS DE BEM ESTAR	27
3.2 DESIGUALDADE NA VISÃO ALTERNATIVA.....	34
3.3 UM DEBATE CRÍTICO SOBRE O ESTADO ESTACIONÁRIO TRADICIONAL	36
3.3.1 A crítica sobre o estado estacionário tradicional.....	36
3.3.2 Dados sobre a redução da jornada de trabalho	43
3.4 LIMITES SOCIAIS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	48
4 MENSURAÇÃO E DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS ALTERNATIVAS.....	51
4.1 MODELOS DE MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS SUBJETIVAS.....	51
4.2 DISCUSSÃO E DADOS SOBRE A ECONOMIA DA FELICIDADE	72
5 CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

As variáveis objetivas utilizadas na mensuração do desenvolvimento econômico, como renda per capita, desigualdade e o índice de desenvolvimento humano são amplamente conhecidas, mas deixam de lado diversas demandas subjetivas. Após atingir uma elevada renda per capita acompanhada de baixa desigualdade, o crescimento da economia deixa de aumentar a qualidade de vida subjetiva de uma nação. Nessa situação encontram-se alguns dos países desenvolvidos, cujo tema da economia da felicidade torna-se especialmente relevante. Com isso verifica-se um crescimento da incorporação de variáveis subjetivas na agenda dos governos e na pauta de discussão de economistas.

Essa monografia tem o objetivo de trazer à tona a relevância da mensuração de variáveis subjetivas na avaliação do desenvolvimento econômico, tais como a felicidade, a satisfação de vida, a liberdade e as convenções morais e sociais. A monografia abordará esses assuntos por meio da sistematização da literatura sobre o bem estar subjetivo, tal como o estabelecimento de um contraponto à abordagem convencional do desenvolvimento econômico.

Assim, essa monografia se justifica a partir da constatação de fatos relevantes, como o caso dos países mais felizes do mundo não serem necessariamente os mais ricos. Como exemplos aparecem a Costa Rica, que em algumas pesquisas ocupa a sexta posição em felicidade e o Panamá, em sétimo lugar, mas que se encontram, respectivamente, na 67ª e na 75ª posição de maiores renda per capita do mundo. Ou ainda os Estados Unidos, que apesar da grande evolução econômica e de elevados índices de bem estar objetivos como IDH, têm seus índices de bem estar subjetivos aproximadamente estáveis há mais de cinco décadas. Soma-se a isso o fato de alguns países com semelhante renda per capita terem enormes disparidades na satisfação de vida, bem como países com semelhante satisfação de vida terem elevadas disparidades em sua renda.

Parte-se da discussão sobre as diferentes abordagens do desenvolvimento econômico, para apresentar a análise de indicadores alternativos, novas leituras e

algumas deficiências da abordagem tradicional. Também é discorrido sobre a relevância desses indicadores e dessas proposições não convencionais, valendo-se de dados empíricos.

A monografia está estruturada em três capítulos, mais as considerações finais. Inicia-se com a apresentação da abordagem convencional do desenvolvimento econômico, onde é definida a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, a questão da desigualdade de renda, bem como a mensuração tradicional do bem estar. Nesse primeiro capítulo ainda se aborda sobre a convergência e a teoria do estado estacionário.

Num segundo momento são apresentadas as abordagens alternativas do desenvolvimento econômico. Após as definições dos conceitos-chave, discute-se a desigualdade do ponto de vista alternativo. Aborda-se, também, a crítica ao estado estacionário tradicional, para embasar uma perspectiva otimista da sociedade, sem limite de crescimento econômico. Nesse capítulo, vários componentes dessas novas ideias acerca do desenvolvimento econômico são apresentados, como o capital social, a felicidade, a satisfação de vida, a liberdade e os limites sociais do crescimento.

No último capítulo são exploradas as variáveis subjetivas que devem complementar a teoria convencional, os principais métodos de mensuração propostos na literatura e ainda alguns vigentes em certos países, além de dados e análises empíricas sobre a magnitude das proposições e das variáveis alternativas. Ao final é debatido sobre a utilidade e a validade da economia da felicidade.

Constata-se que apesar de amplamente estudado pelos profissionais das mais diversas áreas, ainda há vasta divergência de opiniões sobre a mensuração e a relevância do bem estar subjetivo. Há muitos opositores à economia subjetiva e entre seus defensores, pouco consenso. Contudo tem havido, recentemente, um grande esforço para padronizar as definições e mensurações, com o intuito de universalizar a economia da felicidade, para que a mesma possa complementar a economia tradicional. A aderência a essas ideias está criando um enorme volume de literatura sobre o assunto, bem como a experiência inicial de alguns países, apesar de que políticas no sentido de melhorar os indicadores subjetivos ainda não tenham sido experimentadas.

2 A ABORDAGEM CONVENCIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Como essa monografia discorrerá sobre a relação da economia com o bem estar e a felicidade dos indivíduos de uma sociedade, será feita primeiramente a diferenciação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico. Em seguida será comentado sobre a desigualdade de renda e sua importância na abordagem convencional do desenvolvimento econômico.

Também será elucidado sobre a convergência mundial, além de ser definido o estado estacionário de crescimento. É relevante saber se os países irão convergir e mais ainda se atingirão um estado estacionário, uma vez que é necessário certo nível de renda para que as abordagens alternativas possam complementar as tradicionais. Nenhuma nação deve se dar ao luxo de adotar aquelas abordagens se sua população não tem as necessidades básicas supridas. A última parte do capítulo se dedica a introduzir as abordagens alternativas através da visão de limite social do crescimento econômico.

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Howitt *et al.* (2008) crescimento econômico é a diferença positiva do PIB per capita de uma região entre um período e outro. “[Qualquer teoria de crescimento econômico] tem como tarefa principal explicar as variações nos padrões de vida através do tempo e entre países.” (Howitt *et al.*, 2008, p. 664, tradução nossa). Para isso, geralmente é utilizada uma função de produção indicando a participação dos estoques de capital físico, humano e por vezes o natural na produção per capita. Sendo: o capital físico as máquinas, construções e demais bens feitos humanos; o humano as tecnologias, os conhecimentos e habilidades individuais; e o natural aquele que é provido pela natureza como as matérias primas. A população tem papel fundamental no crescimento econômico, pois se ela cresce rapidamente, os três capitais citados são diluídos e o padrão de vida cai, a menos

que a tecnologia (via aumento da produtividade) aumente mais que proporcionalmente.

Um exemplo da importância do crescimento populacional na economia pela abordagem tradicional é a explicação do crescimento econômico quase estável no planeta até a revolução industrial. Os quase nulos índices de crescimento econômico no período anterior à revolução foram resultado de um crescimento populacional maior que o crescimento tecnológico (capital humano), combinado com um capital natural fixo. Essa situação apenas foi superada graças a tecnologias que permitiram economizar recursos ambientais, e ao comércio internacional que reduziu os limites e a indisponibilidade dos recursos naturais. Contudo, os países que vivem da agricultura de subsistência ainda não escaparam dessa situação, configurando-se entre os países mais pobres do mundo. Neles há deficiência de capital físico, humano e/ou financeiro. (GALOR *et al.*, 2000; DURLAUF *et al.*, 2008; HOWITT *et al.*, 2008).

Existem vários modelos para explicar o crescimento econômico¹, porém não convém a esta monografia a exposição dos mesmos, mas sim indagar sobre o efeito do crescimento sobre a qualidade de vida das pessoas, a partir de novas variáveis. Segundo Gillis *et al.* (1992, p. 70, tradução nossa) “Logicamente, crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para melhorar o padrão de vida das pessoas”.

O desenvolvimento econômico é definido por Todaro *et al.* (2009) como sendo a alocação eficiente dos recursos produtivos escassos e seu crescimento sustentável ao longo do tempo, nos sentidos econômico e social. Para Howitt *et al.* (2008) o desenvolvimento econômico é o crescimento sustentável (ele inclui o sentido ambiental aos já citados) da renda per capita de uma região, que ocasiona mudanças na estrutura produtiva desse local. Isto é, o desenvolvimento econômico não é apenas obter crescimento, ou um PIB per capita maior, mas torná-lo maior sem aumentar a desigualdade, sem explorar os indivíduos ou a natureza. Segundo essa definição, um país que cresce economicamente apenas explorando seus recursos naturais não está gerando desenvolvimento econômico, pois tal fonte é insustentável tanto econômica como ambientalmente. Da mesma forma, um país

¹Ver TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. Boston: Pearson, 2009.

que cresce à custa da exploração da mão de obra barata de sua população , e onde há ausência de direitos trabalhistas ou aumento da desigualdade, não está se desenvolvendo economicamente.

Da perspectiva do crescimento econômico, o bem estar de uma população pode ser mensurado pela sua renda per capita. Porém, há tempos ela deixou de ser considerada a melhor indicadora para o bem estar, uma vez que o próprio conceito de crescimento econômico fora gradualmente substituído pelo de desenvolvimento econômico. Atualmente, a maneira mais habitual de se mensurar o desenvolvimento econômico é por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH foi criado em 1990 pelo economista Mahbub ul Haq em parceria com vários economistas, entre eles Amartya Sen, com o propósito de substituir a renda per capita como objetivo do desenvolvimento econômico. O índice é levantado anualmente pelo PNUD, que ranqueia os países em uma escala de 0 a 1, sendo 1 o desenvolvimento humano máximo. O IDH é composto de três índices ponderados igualmente por meio de uma média geométrica: longevidade (expectativa de vida ao nascer); conhecimento (média de anos de estudo para maiores de 25 anos e anos esperados de escolaridade para uma criança); e padrão de vida (renda per capita). O índice foi útil para mostrar que países podem ter crescimento sem desenvolvimento econômico, como no caso da Arábia Saudita. (HUMAN, 2011; TODARO, 2009).

Dentre as críticas ao IDH está a de que ele ignora o meio ambiente. Howitt *et al.* (2008) alerta que o meio ambiente deve ser levado em conta no processo de desenvolvimento, uma vez que países podem ter até reduções na qualidade de vida ou no PIB devido ao extensivo uso dos recursos naturais. A contração econômica poderá se dar devido à queda na produção agrícola, falta de matérias-primas, doenças causadas por poluição do ar, da água, entre outros. Um exemplo bastante conhecido é o caso do mar Aral, que perdeu 90% de sua área e hoje é conhecido como deserto de Aralkum. A extensa utilização dos rios que desembocavam nesse mar para irrigar os desertos da região e plantar cereais e algodão acabou secando-o. A irrigação era tão ineficiente que grande parte da água evaporava antes de chegar às plantações. Atualmente, a população local sofre com diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. (MURRAY, 2007).

O objetivo das políticas econômicas tem sido, em geral, obter apenas o crescimento, sem atenção ao desenvolvimento econômico, principalmente se considerado o quesito ambiental. Esse foco está, vagarosamente, mudando em alguns países. Entretanto, ainda há muitos que tem tido crescimento econômico junto com o aumento dos índices de desigualdade de renda, elevada exploração ambiental, negligência à saúde e educação pública, entre outros. Esses assuntos serão abordados com mais detalhes no próximo capítulo.

2.2 DESIGUALDADE DE RENDA

No início da década de 1990, a forma mais comum de mensuração do bem estar era a combinação de renda per capita e distribuição de renda. Gillis *et al.* (1992) separa a distribuição de renda em funcional (distribuição entre capital, terra e trabalho) e em tamanho (quantia da renda nacional recebida por famílias ou indivíduos). Para os autores, ambas são importantes, pois se a renda está concentrada na remuneração do capital e da terra, a grande massa de trabalhadores estará empobrecida frente aos proprietários de terra e de capital. Entretanto, na literatura o segundo sentido é mais utilizado. Nessa monografia, será adotada a noção de desigualdade de renda em volume.

Entre as formas comumente utilizadas para mensurar a desigualdade, estão: a razão de Kuznets, que nada mais é que a divisão entre a renda dos 20% mais ricos pela dos 40% mais pobres de uma população; a curva de Lorenz, onde o eixo horizontal é a porcentagem da população total e o eixo vertical a porcentagem da renda total, de forma que, quanto menos desigual, mais próxima do eixo diagonal de 45° graus (que representa perfeita igualdade) a curva estará; o *Poverty Gap* ou diferencial relativo da pobreza, que mensura a porcentagem de uma população que se encontra abaixo da linha da pobreza, comumente determinada por renda inferior a 2 dólares por dia; o Índice de pobreza humana, que aos moldes do índice de desenvolvimento humano é composto por três índices, abrangendo a expectativa de

vida (sobrevivência), a educação básica (conhecimento) e a situação econômica²; e o Coeficiente de GINI, que mede o nível de desigualdade de 0 (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade), a partir da divisão da área entre a curva de Lorenz e a reta diagonal de 45° com a área entre a curva de Lorenz e o eixo inferior direito (TODARO *et al.*, 2009).

A mensuração da desigualdade³ é objeto de grande debate. A forma mais utilizada para avaliação dela, o coeficiente de GINI, não se salva de críticas, pois quando duas curvas de Lorenz, de formatos diferentes (logo, com diferentes distribuições de renda) se cruzam, elas podem ter o mesmo valor de GINI, deixando a interpretação da desigualdade entre essas duas amostras indefinida. (TODARO *et al.*, 2009).

Todaro *et al.* (2009) lista uma série de ineficiências econômicas geradas por uma elevada desigualdade de renda. Entre elas estão: a falta de crédito para a população; as grandes poupanças das elites, que poderiam se tornar consumo das classes inferiores; desvios para paraísos fiscais; aumento da corrupção; ineficácia das instituições; e perda de capital social⁴.

O mesmo autor dá cinco razões para se adotarem políticas de redução da desigualdade, contrapondo visões que advogam que a distribuição de renda esfria a economia: as elites dos países pobres não poupam nem investem grandes porções de sua renda como muitos acreditam; a existência de grande pobreza cria uma condição na qual os pobres não têm acesso ao crédito, logo, não conseguem pagar educação para seus filhos, perpetuando a pobreza (caso tivessem acesso à educação de qualidade, poderiam incrementar a economia de suas famílias e do país); saúde precária e pouco estudo ou estudo de baixa qualidade podem diminuir a produtividade das pessoas, atingindo diretamente a economia; o aumento de renda dos mais necessitados favorece o florescimento industrial local para atender às novas demandas, principalmente de alimentos e vestuário, enquanto os ricos tendem a gastar mais em itens supérfluos, geralmente importados; e a redução da

² O índice é calculado ponderando os três itens: fração de pessoas que provavelmente morrerão antes de completar os 40 anos de idade; a porcentagem de adultos analfabetos; e a porção da população sem acesso a água potável somada da porcentagem de crianças subnutridas.

³ A desigualdade é vista, em geral, como algo maléfico à sociedade. Será discorrido agora sobre o porquê disso na visão tradicional. No próximo capítulo será apresentado o impacto da desigualdade no bem estar.

⁴ O capital social será definido e brevemente discutido no próximo capítulo

pobreza pode atuar como estímulo material e psicológico para o empreendedorismo, levando a uma maior participação da população no processo de desenvolvimento.

Na Suécia, país com menor índice de GINI (0.3 em 2005⁵), há uma disparidade salarial de apenas três para um entre os empregados. Isso significa dizer que o funcionário de menor escalão ganha 1/3 do que o funcionário de maior escalão. Na economia como um todo, essa disparidade é de 1/5 (os 10% mais pobres têm 4% da renda do país enquanto os 10% mais ricos têm, aproximadamente 20%).

Entretanto, segundo Stoll *et al.* (2012), a desigualdade é menos prejudicial e até saudável para a qualidade de vida quando a mobilidade social percebida é grande, quando o senso de justiça e o capital social são relevantes. Um claro exemplo é o menor impacto negativo que um aumento da desigualdade tem no bem estar dos norte-americanos, quando comparado ao impacto no dos europeus. Isso ocorre devido à diferença ideológica entre essas regiões. Enquanto 70% dos americanos, segundo Helliwell *et al.* (2012), percebem a desigualdade como oportunidade de mobilidade de renda, apenas 40% dos europeus acreditam que os pobres tenham a chance de escapar da pobreza. Na América Latina ela é amplamente concebida como injustiça (devido, também, aos seus elevados níveis) e, portanto, a correlação negativa é mais expressiva que nos Estados Unidos, onde por vezes a correlação entre desigualdade e felicidade se tornou inconclusiva, de tão pouco expressiva. (GRAHAM *et al.*, 2009; HELLIWELL *et al.*, 2012).

Alguns destacam que se a desigualdade chegasse a um nível muito baixo, isso traria infelicidade, como argumentou Mill⁶: “os homens não querem ser ricos, mas sim mais ricos que os outros” (MILL, 1907, tradução nossa, como citado em PIGOU, 1920). Além disso, a baixa desigualdade pode diluir o espírito empreendedor, criando uma redução do crescimento da produtividade, o que pode levar a uma recessão econômica. Em defesa à ideia de um nível mínimo de desigualdade está Hirsch (1979), que afirma: “Se as proporções da luta individual pelas... [possessões] pudessem ser reduzidas de modo a preservar o mínimo de

⁵ CIA, 2012.

⁶ MILL, J. S. Posthumous Essay on Social Freedom. Oxford: Oxford and Cambridge Review, 1907.

competição e escolha que é benéfico, haveria nisso vantagens irrestritas". (ibid, p.259).

Segundo Todaro *et al.* (2009, p.233, tradução nossa) "Não é apenas a taxa de crescimento econômico mas também a qualidade do crescimento econômico que determinam o grau no qual o crescimento... melhora o padrão de vida dos mais pobres".

Para elucidar o assunto da desigualdade, Fields (1980) apresenta três tipologias de crescimento econômico que os países podem sofrer e seus impactos na distribuição de renda. O primeiro é o desenvolvimento do setor tradicional (setor agropecuário, comércio e indústria leve e de baixa tecnologia), onde o crescimento econômico é distribuído de forma a diminuir a desigualdade e a pobreza, sem que haja avanços no setor moderno da economia (indústrias de alta tecnologia). Um exemplo é o processo econômico e social do Sri Lanka, onde a qualidade de vida avançou sem a modernização de sua economia. O segundo é o desenvolvimento do setor moderno, onde o crescimento econômico fica concentrado na mão de elites, aumentando a desigualdade de renda e não impactando os pobres, que é a situação sofrida pela América latina, em especial durante o processo de industrialização na segunda metade do séc XX. O último caso é o da ampliação (*enlargement*) do setor moderno. Aqui a renda aumenta e a pobreza diminui, entretanto a desigualdade sofre um aumento inicial para depois cair, como representada pela curva de Kuznets. A maioria dos países ricos serve de exemplo para essa tipologia.

A curva de Kuznets na forma de um U invertido se dá devido ao tempo que levam os trabalhadores pobres para saírem do setor tradicional e se educarem, migrando para o setor moderno que os remunera mais. Nesse momento há aumento da desigualdade até que ambos os salários se equilibrem e a disparidade comece a diminuir. Entretanto, como proposto por Fields (1980) o U invertido não é regra. Diversos países, entre eles os tigres asiáticos, tiveram aumento de renda acompanhada de diminuição da desigualdade. Outro argumento contrário ao U invertido é a existência de países com níveis de renda próximos, mas níveis de desigualdade extremamente diferentes. Como é o caso do Brasil e da Bulgária, que

em 2005 tinham, respectivamente, U\$3.450 e U\$3.460 de renda per capita, mas índices de GINI de, respectivamente, 0.292 e 0.57⁷ (TODARO *et al.*, 2009).

Ciarli *et al.* (2008) apresenta um modelo em que se investiga a relação entre mudança estrutural na produção e no consumo, as mudanças na distribuição de renda e o desenvolvimento econômico no longo prazo. Nele se defende que a desigualdade tem o formato de um acento til. Na primeira fase ela aumenta, pois os empreendedores precursores do crescimento terão vantagens por serem os pioneiros naquele determinado setor. Esses empreendedores criarão novos bens e serviços, aumentando a variedade de bens da economia. Em um segundo momento, a disparidade de renda se reduz graças às conquistas salariais das classes mais baixas, acompanhadas de uma menor heterogeneidade na produção de bens e maior diversidade nas preferências do consumidor. Finalmente, a desigualdade volta a subir devido ao brusco aumento dos salários na base, que para o autor tem efeitos exponenciais sobre o salário das classes mais altas (supervisores, coordenadores, diretores etc.).

A tendência em til é mais aparente nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas diversos países desenvolvidos têm aumentado sua desigualdade desde a década de 70 com o enfraquecimento da regulação estatal devido à adoção de políticas neoliberais. A Suécia, por exemplo, chegou a ter GINI próximo de 0.18 no final da década de 70, mas já se encontra acima de 0,26, segundo dados da OECD (2012b) ou ainda 0,3 segundo dados da CIA⁸. Entre os países desenvolvidos membros da OECD, apenas a França não inverteu a tendência de queda na desigualdade pós década de 70, mantendo-a estável.

A relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda é muito importante para determinar a melhoria no padrão de vida dos mais pobres, porém em muitos países ela não esta formando nem um acento til nem um U invertido.

Analisando os dados de 100 países⁹ entre o início da década de 80 e o final dos anos 2000, percebe-se que pouco mais da maioria obteve crescimento positivo da renda real per capita. Desses, aproximadamente 35% tiveram um aumento da

⁷Fonte: Banco mundial, World development Report 2007 como citado em TODARO *et al.*, 2009.

⁸ CIA, 2012.

⁹ GAPMINDER, 2012.

desigualdade medido pelo índice de GINI, e metade teve queda da mesma. Os demais, apesar de flutuações durante o período analisado, não tiveram mudanças expressivas de seus índices.

No (GRÁFICO1) é feita uma análise *cross-section* com dados de 152 países onde o eixo X representa a renda per capita (*PPP* real) e o eixo Y o índice de GINI. A linha preta é uma linha de tendência logarítmica. Percebe-se que a desigualdade pode ser menor conforme maior a renda dos países, sendo que o único país com renda per capita superior a US\$16.000 e com elevada desigualdade (GINI acima de 0.45) é Seychelles.

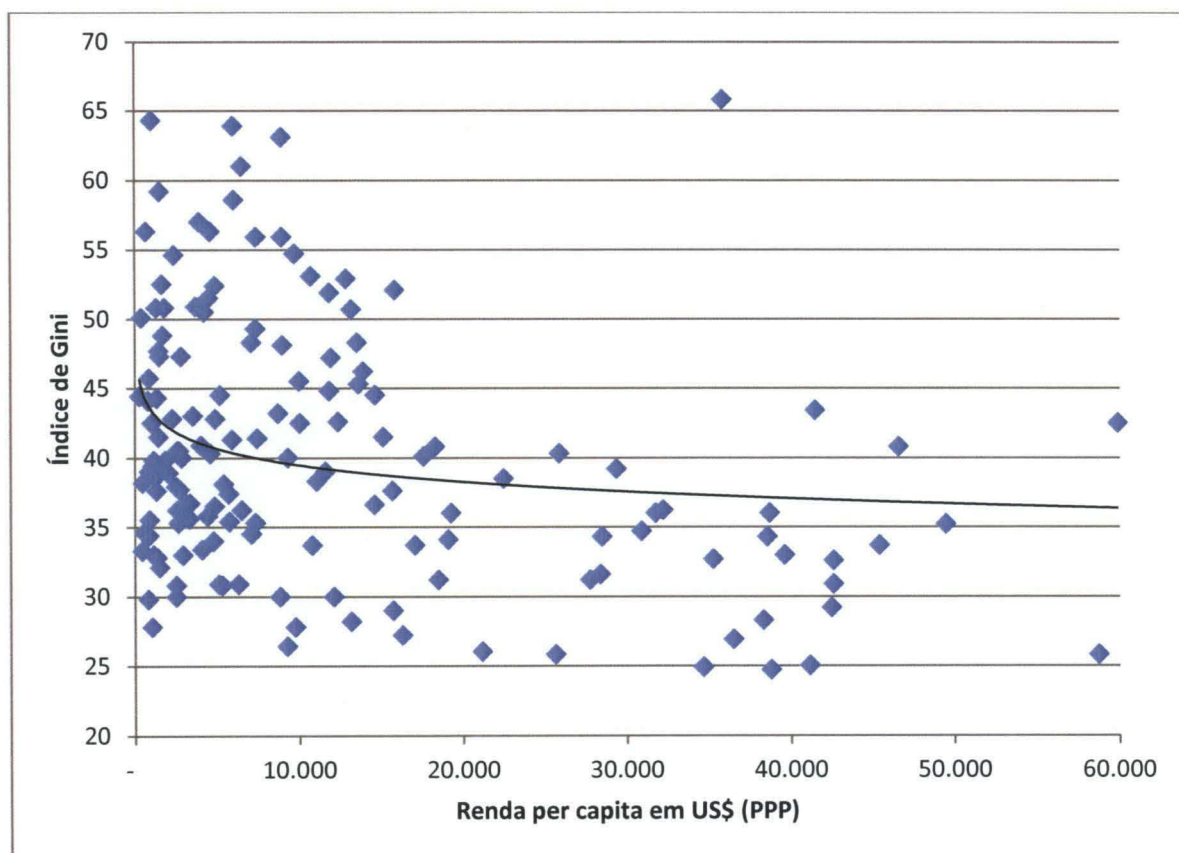


GRÁFICO 1 – ANÁLISE CROSS-SECTION DA RENDA PER CAPITA VERSUS ÍNDICE DE GINI (2012).

FONTE: Dados do GINI: WB (2012), dados da renda: HESTON *et al.* (2012). Elaboração própria.

Entretanto, essa relação é um tanto fraca. Como exemplo, temos a Austrália, que possui renda per capita 53 vezes maior que a de Guiné-Bissau, mas semelhante nível de desigualdade (GINI de 0,352 e 0,355 respectivamente). Ou

ainda o Afeganistão, que possui semelhante renda per capita à Comores, mas índices de GINI extremamente diferentes, de 0,278 e 0,643 respectivamente. Entretanto, o relatório do banco mundial de 2007¹⁰, em uma observação com 59 países, identifica que 44% deles obtiveram crescimento de renda e crescimento na desigualdade, enquanto 34% observaram crescimento de renda negativo e igual aumento na desigualdade, e apenas 17% obtiveram crescimento de renda positivo e redução na desigualdade.

2.3 ESTADO ESTACIONÁRIO

Taussig (1987) discorre sobre as diversas definições de estado estacionário (*stationary state*). Os clássicos Smith¹¹ (1776, citado por TAUSSIG, 1987) e Ricardo¹² (1846, citado por TAUSSIG, 1987) diziam que o estado estacionário seria atingido quando os salários fossem os mais baixos humanamente possíveis e os lucros igualmente mínimos para manter as atividades econômicas funcionando. Nesse momento a acumulação cessaria, uma vez que os ricos já teriam adquirido tudo que fosse possível adquirir. Para Mill¹³ (1848, citado por TAUSSIG, 1987) acreditava que o estado estacionário seria um momento de substituição do crescimento econômico pelo crescimento social, moral, mental, cultural e do aproveitamento do tempo livre para atividades como preservação do meio ambiente. Já a teoria malthusiana previa que a Enquanto Durlauf *et al.* (2008) utiliza estado estacionário (*Steady State*) no mesmo sentido que Solow, para definir o momento no qual “a taxa de crescimento econômico é determinada exclusivamente pela taxa exógena de mudança tecnológica” (Durlauf *et al.*, 2008, p.217, tradução nossa).

¹⁰ BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2007.
<<http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K7/Resources/Portuguese.pdf>>. Acesso: 21/07/2012.

¹¹ SMITH, A. **An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

¹² RICARDO, D. **Works**. London: J. Murray, 1846.

¹³ MILL, J. S. **Principles of Political Economy**. London: J. W. Parker, 1848.

Robert Solow se tornou Nobel em economia graças à sua teoria neoclássica de crescimento econômico. Nela, o crescimento econômico é dado pela equação:

$$Y = K^{\alpha} (AL)^{1-\alpha}$$

Em que: Y é o PIB (renda); K é estoque de capital (capital humano + capital físico); L é trabalho; A é a produtividade do trabalho e; α representa a elasticidade renda-capital. (TODARO *et al.*, 2009).

Para Solow, o PIB cresce devido ao incremento: na quantidade (L) ou qualidade do trabalho (A); na quantidade de capital (K); ou inovação tecnológica. Renda e trabalho têm rendimentos decrescentes, o que levaria a economia a um estado estacionário não fosse a tecnologia, que é o resíduo que explica o crescimento no longo prazo. Nessa teoria, os países desenvolvidos têm elevada taxa de poupança, elevado capital físico e humano, o que leva a baixos retornos, de acordo com os rendimentos decrescentes. Por isso, em economias abertas, o fluxo de capitais dos países desenvolvidos para os países mais pobres aceleraria a conversão dos países para seus estados estacionários e poderia levar à convergência entre eles, tema abordado na próxima subseção. (TODARO *et al.*, 2009).

Segundo Howitt *et al.* (2008) os autores contemporâneos colocam fim à teoria do estado estacionário malthusiana (onde a população cresceria exponencialmente e a produção de alimentos em progressão aritmética até o momento em que faltaria alimentos para viabilizar a continuidade do crescimento), afirmando que a transição da estagnação para o crescimento econômico é um processo inevitável, decorrente da evolução populacional e tecnológica.

Nessa monografia, estado estacionário será utilizado para descrever o momento de ausência absoluta de crescimento econômico. Esse estado poderá ser atingido quando a sociedade estiver saciada do consumo e da acumulação de capital, com salários altos e elevada qualidade de vida, onde haverá escassez de tempo e não de bens. Esse assunto será discutido com mais afinco na seção 3.3. A sociedade proposta por Mill (1848), que substituirá o foco do crescimento econômico para o social, moral, mental e cultural, será tratada daqui em diante como sociedade afluenta.

2.4 CONVERGÊNCIA

Convergência é entendida como “a tendência ao desaparecimento das diferenças entre países [estados ou regiões] ao longo do tempo” (Durlauf *et al.*, 2008 p.216, tradução nossa) sendo essas diferenças comumente mensuradas por meio da renda per capita, apesar de a variável tecnologia ser igualmente importante. “A idéia básica é que dois [ou mais] países estão convergindo se o que iniciou o período com renda inferior crescer a um ritmo mais acelerado que [os demais]” (Durlauf *et al.*, 2008 p.216, tradução nossa). Durlauf *et al.* (2008) expõe os diversos métodos estatísticos de avaliação da convergência, entre eles acha mais “razoável” a teoria de que existam clubes de convergência e não que todos os países estão convergindo para um único estado estacionário. Ainda assim, o autor conclui que há muita dificuldade em se ter uma teoria universalmente aceita, devido às discrepâncias dos métodos estatísticos.

Para os neoclássicos, a convergência só poderá ser condicional, ou seja, cada país irá convergir para o seu ponto de economia estacionária e não uma convergência absoluta na qual os países pobres irão se equiparar aos países ricos. Logo, duas economias apenas irão convergir entre si se seus pontos estacionários forem idênticos, ou seja, tiverem as mesmas preferências e tecnologias (BARRO *et al.*, 2004).

Para Howitt *et al.* (2008) o principal motivo por trás da diferença econômica entre os países está na produtividade de cada um. A produtividade é, usualmente, associada à tecnologia, ou seja, “o conhecimento de como transformar inputs básicos em bens finais” (Howitt, 2008, p. 664, tradução nossa). Contudo, muitas vezes a tecnologia é similar, mas a produtividade não, como por exemplo, a General Motors, que apesar de ter utilizado os mesmos métodos que a Toyota (em uma parceria na década de 80) não logrou a mesma eficiência que a última. As causas para tais diferenças são várias: diferenças geográficas (doenças, clima, terreno etc.); institucionais (criadoras de capital social); políticoeconômicas (impostos e subsídios); e cultura (religião, costumes e afins). (HOWITT *et al.*, 2008).

Para evidenciar a convergência, serão apresentados mais dados sobre a desigualdade mundial. Sala (2006) descobre que a desigualdade da renda mundial

entre indivíduos reduziu consideravelmente entre 1970 e 1980. Além disso, a pobreza diminuiu 50% ¹⁴ entre 1990 e 2010 nos países em desenvolvimento. Contudo, na análise empírica sobre a desigualdade e a convergência há diversas metodologias diferentes que podem levar a conclusões distintas.

Segundo Sutcliffe (2005) a desigualdade de renda mundial atingiu seu ápice na década de 80 e, desde então, vem diminuindo. Os resultados encontrados por Martin *et al.* (2009) vão de acordo com essa afirmação. Para ele, houve uma queda de 9,5% no índice de GINI entre 1970 e 2006 e uma queda de 18,9% no mesmo período no índice de Theil. O mesmo autor reforça essa tese, conforme representado no (GRÁFICO 2). Nele percebe-se que na década de 1970 e 1980 havia duas grandes concentrações populacionais distintas: uma com baixas rendas, em torno de U\$500 e outra com rendas acima de U\$5.000. Já em 2006 o cenário é bem diferente, o gráfico apresenta um único cume populacional com renda próxima a U\$ 5.000. A mudança no formato do gráfico de um “planalto” para uma “montanha” representa uma redistribuição de riquezas. O topo do gráfico na década de 80 representava uma renda próxima a U\$500 e já na década seguinte ela se encontra acima de U\$1.000.

Junto com a queda na desigualdade veio a queda na miséria. Segundo Martin *et al.* (2009), o número de pessoas ganhando menos de US\$ 2 por dia caiu 71%, isto significa que quase 800 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da miséria nos últimos 40 anos. O (GRÁFICO 3) evidencia muito bem esse resultado. Entretanto, com o resfriamento do crescimento econômico dos países em desenvolvimento durante as duas últimas décadas, houve uma redução da velocidade da eliminação da miséria.

De acordo com o (GRÁFICO 4), a desigualdade entre países também diminuiu consideravelmente no período. Pode-se por tanto, inferir que os países estão sim convergindo. De acordo com o mesmo gráfico, nota-se que houve uma ligeira alta da desigualdade dentro dos países. Isso pode ser explicado pela teoria da desigualdade em til. A elevação da desigualdade no mundo desenvolvido pode ser a

¹⁴HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012

responsável pelo leve aumento da desigualdade entre países, mas ainda assim a desigualdade total diminuiu.

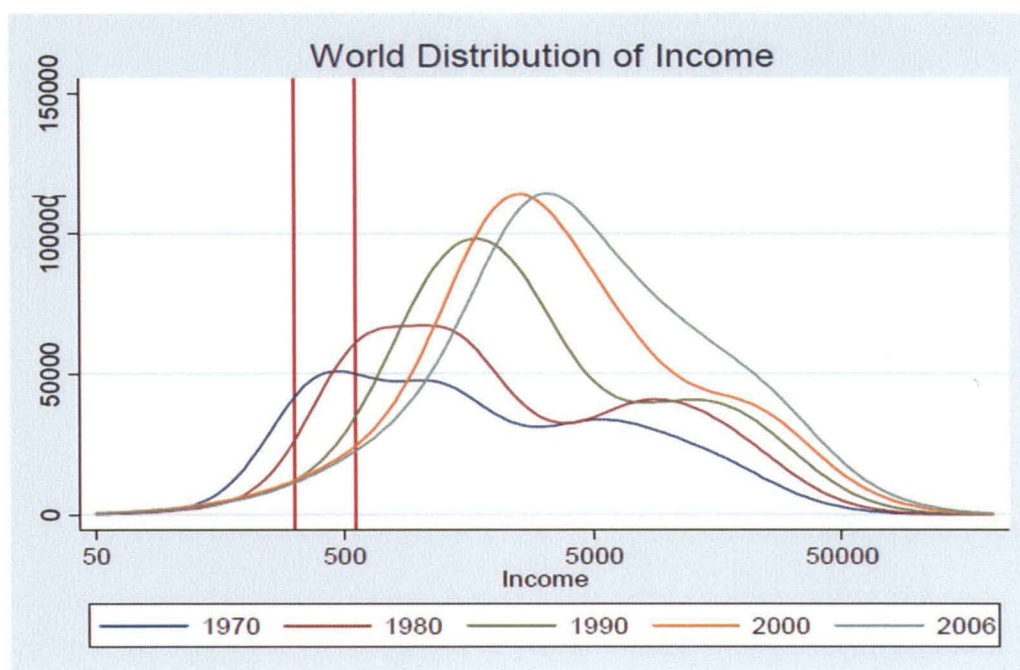


GRÁFICO 2- DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MUNDIAL ENTRE 1970 E 2006

FONTE: MARTIN *et al.* (2009).

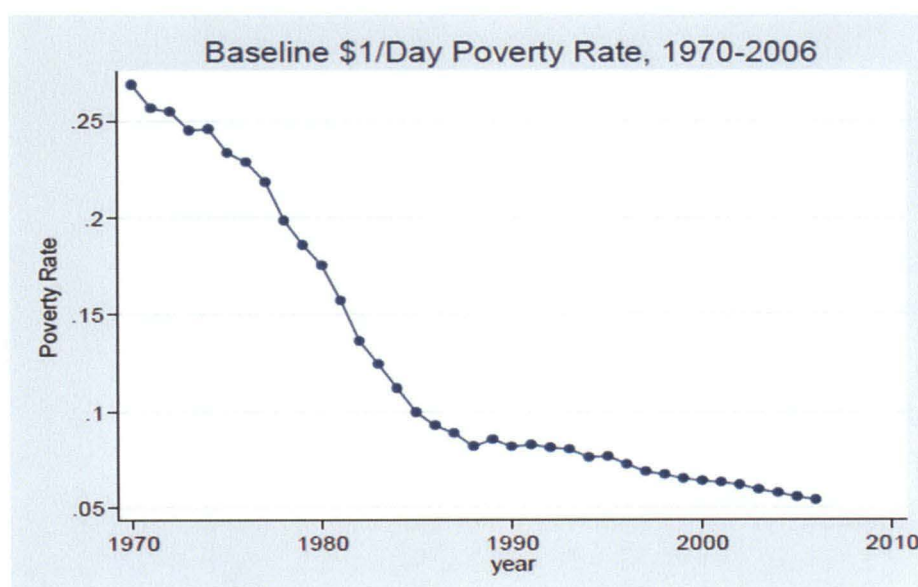


GRÁFICO 3- TAXA DA POPULAÇÃO MUNDIAL ABAIXO DA LINHA DA MISÉRIA ENTRE 1970 E 2006

FONTE: MARTIN *et al.* (2009).

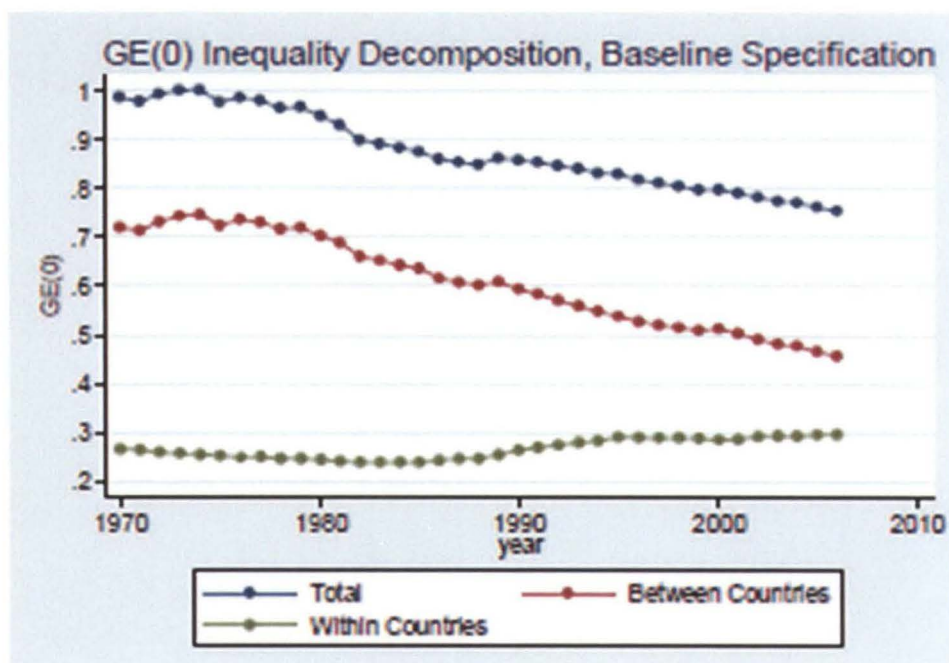


GRÁFICO 4- DESIGUALDADE ENTRE PAÍSES E DENTRO DOS PAÍSES ENTRE 1970 E 2006

FONTE: MARTIN *et al.* (2009).

O (GRÁFICO 5) mostra a evolução do nível de pobreza nas regiões em desenvolvimento nos últimos 40 anos. A maioria delas tem expressiva queda em seus níveis de pobreza, evidenciando mais uma vez que a convergência pode estar ocorrendo. As duas únicas regiões cuja melhora não está muito clara são a África subsaariana e a ex-U.R.S.S. Essa teve, após seu colapso, grande queda em seu PIB, levando ao aumento da desigualdade e da pobreza. Já a África subsaariana sofre de graves problemas para impulsionar o desenvolvimento econômico e escapar da pobreza. Outros índices, como expectativa de vida e renda per capita real mostram rápida aproximação da maioria dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos (MARTIN *et al.*, 2009).

Segundo os estudos de Barro *et al.* (2004) com as regiões dos Estados Unidos, Japão e de oito países europeus, a convergência absoluta ocorre quando há semelhança nos gostos e tecnologias. Ele defende que as regiões de um mesmo país tendem a convergir entre si com o tempo, pois a tecnologia deve fluir e se distribuir homogeneamente em uma mesma nação, bem como os gostos, que devido à cultura e à proximidade devem se tornar semelhantes.

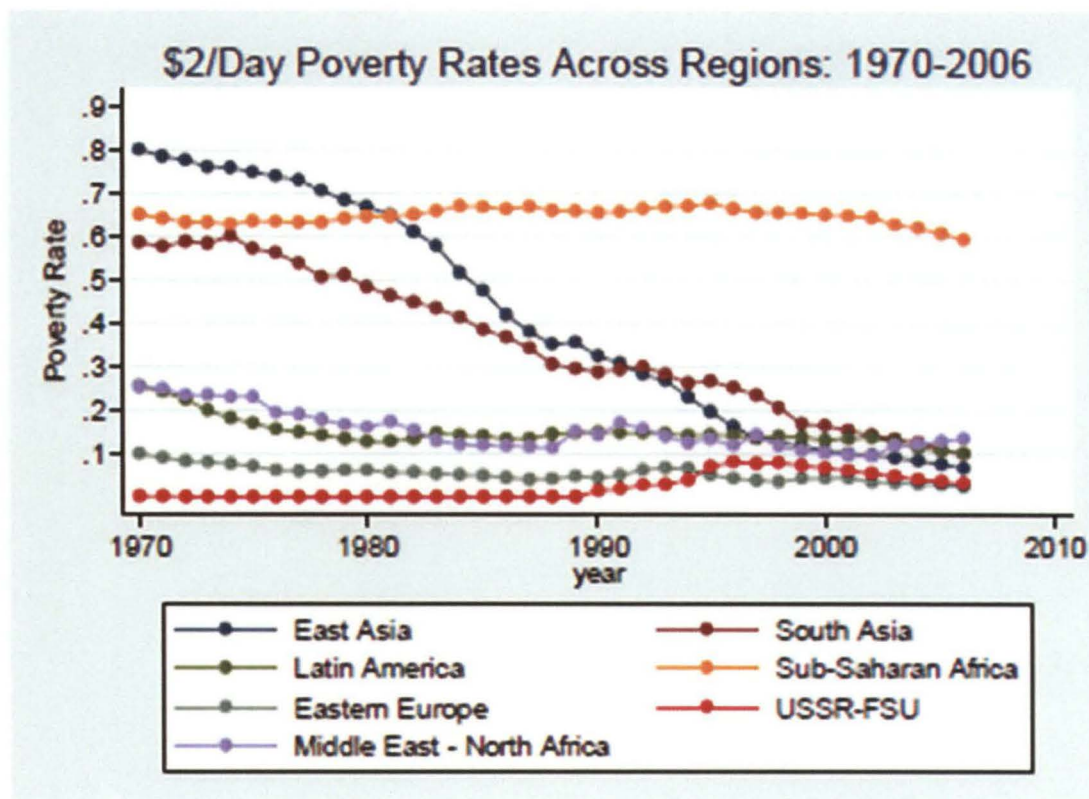


GRÁFICO 5- TAXA DA POPULAÇÃO MUNDIAL ABAIXO DA LINHA DA POBREZA POR REGIÕES ENTRE 1970 E 2006

FONTE: MARTIN *et al.* (2009).

Como Katona (1964) registra, as sociedades sempre tiveram a miséria e a pobreza como regra e os ricos como exceção, sociedades eram consideradas afluentes quando seus dirigentes viviam no luxo. Entretanto, passadas as grandes guerras mundiais, todos os países hoje considerados desenvolvidos têm baixíssimos níveis de pobreza, com quase a totalidade de suas populações bem nutrida e com moradia adequada. Isso contribui para a expectativa otimista de que a sociedade esteja caminhando, não apenas para um maior crescimento econômico como também, para o desenvolvimento do bem estar e, hipoteticamente, da felicidade.

3 AS ABORDAGENS ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Todaro *et al.* (2009), o crescimento econômico deve ser sustentável e disponível para todos, ou seja, reduzir, ou ao menos, manter a desigualdade de renda. O mesmo autor diz que os objetivos do desenvolvimento econômico devem ser: aumentar a liberdade de escolha; a autoestima (logo, a felicidade); e diminuir a pobreza, erradicando a miséria. João Paulo II¹⁵ disse que a economia deveria “garantir o desenvolvimento do ser humano dentro da dignidade”. Assim, nesse capítulo será ampliada a visão tradicional do desenvolvimento econômico, da mera atenção à renda e sua desigualdade, para uma visão mais ampla, contemplando variáveis subjetivas, sendo a felicidade a principal delas. Aristóteles, filósofo grego da era clássica, há mais de 300 anos antes de Cristo defendeu a felicidade como sendo o fim de toda ação, o bem mais desejado e de maior valor no mundo:

From the point of view of self-sufficiency the same result seems to follow; for the final good is thought to be self-sufficient. Now by self-sufficient we do not mean that which is sufficient for a man by himself, for one who lives a solitary life, but also for parents, children, wife, and in general for his friends and fellow citizens, since man is born for citizenship. But some limit must be set to this; for if we extend our requirement to ancestors and descendants and friends' friends we are in for an infinite series. Let us examine this question, however, on another occasion; the self-sufficient we now define as that which when isolated makes life desirable and lacking in nothing; and such we think happiness to be; and further we think it most desirable of all things, without being counted as one good thing among others- if it were so counted it would clearly be made more desirable by the addition of even the least of goods; for that which is added becomes an excess of goods, and of goods the greater is always more desirable. Happiness, then, is something final and self-sufficient, and is the end of action. (ARISTOTLE , 1925, p.13, grifo nosso).

¹⁵ Em mensagem à celebração do dia mundial da paz do ano de 2000, na cidade do Vaticano.

3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS DE BEM ESTAR

Se a qualidade de vida e o bem estar forem mensurados exclusivamente pelos indicadores tradicionais, como visto no capítulo anterior, muitos aspectos relevantes serão deixados de fora. Segundo Johns *et al.* (2007), o bem estar é composto por elementos da satisfação de vida que não podem ser definidos, explicados ou influenciados pelo crescimento econômico.

Para Sen (2005), desenvolvimento é liberdade e ela compõe-se de cinco grupos: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora. A primeira se refere à liberdade de expressão e participação na política; a segunda sobre as opções de consumo, produção e troca disponíveis para os agentes (inclui a questão da desigualdade de renda); a terceira se refere à saúde e à educação; a quarta se equivale ao conceito de capital social; e a última representa seguranças sociais como seguro desemprego, bolsas etc.

O bem estar é definido por Dasgupta (2001) como sendo a soma de riquezas e capacidades de exercer liberdades, tais como os direitos humanos. O bem estar é um apanhado de variáveis. Entre elas: a felicidade; a saúde; as habilidades físicas e mentais; a interação social; e a liberdade. O mesmo autor separa os componentes do bem estar em seus constituintes e determinantes. Os determinantes agregam os “*inputs*” ou os meios necessários, tais como: vestimenta; calorias consumidas; educação; saneamento básico; acesso à água potável; segurança; moradia; e justiça, para garantia das liberdades políticas e civis. Já os constituintes do bem estar medem e avaliam os “*outputs*” ou os resultados, como saúde, felicidade, liberdade civil e política, prestígio, entre outros.

Para Dasgupta (2001) o bem estar é composto pela renda disponível (consumo per capita), estado de saúde (expectativa de vida), e conquistas educacionais (taxa de alfabetização), além de liberdades políticas e civis. Enquanto a renda contribui para o aproveitamento da liberdade, a saúde e a educação formam a liberdade no sentido do indivíduo poder ser o executor de suas ações. A educação e a saúde aumentam as liberdades individuais por reduzir a ignorância, o

desconhecimento sobre transmissão, tratamento e sintomas de doenças, além de proporcionar maiores oportunidades de trabalho.

Já Hirsch (1979) define bem estar como sendo a qualidade da satisfação das necessidades, e não apenas a diferença algébrica entre necessidades e suas respectivas satisfações. Essa definição se afasta da teoria tradicional utilitarista, propondo que a qualidade da satisfação é tão importante quanto, ou até mais que a satisfação quantitativa. É esse conceito que baseia o entendimento de bem estar desta monografia, e também se aproxima da definição de felicidade aqui utilizada.

Para Inglehart *et al.* (2008), felicidade está relacionada apenas com fatores subjetivos, sendo que a renda per capita tem pouco ou nenhum efeito sobre ela. Já a satisfação de vida é composta de alguns fatores subjetivos e outros objetivos, entre eles o nível de renda.

Entretanto, segundo Veenhoven (2009), a satisfação de vida pode ser um componente da felicidade. Para ela, a felicidade é, em geral, definida por quatro fatores de qualidade de vida: condições ambientais como alimentação, moradia, conforto, dinheiro, segurança, etc.; capacidades adaptativas de uma pessoa perante os desafios da vida; utilidade da vida através de engajamento social, comunitário, religioso, ambiental, cultural entre outros; e satisfação com a vida. A mesma autora descreve que a felicidade também pode ser definida por meio de quatro tipos de satisfação: prazeres em geral; satisfações parciais como emprego, variedade de bens, prêmios e etc.; experiências extraordinárias, e, portanto, breves; e satisfação na vida, que a autora define como a balança de afetos da vida, a soma dos prazeres deduzido das dores.

Essa última definição da satisfação na vida é para a autora a melhor, uma vez que as demais não são completas o suficiente para explicar a felicidade. É a satisfação de vida que a maioria das pesquisas toma como base para definir e mensurar a felicidade, ainda que, naturalmente, não haja um consenso sobre a mesma.

Diener *et al.* (2004) oferece mais pistas para entender a composição do bem estar. Para o autor, o desenvolvimento do bem estar de um indivíduo ocorre quando: ele vive em uma democracia estável que forneça os recursos materiais para suprir

as necessidades básicas; conta com o apoio familiar e de amigos; tem um trabalho gratificante, envolvente e com boa remuneração; tem boa saúde e acesso a tratamento médico; e tem uma filosofia de vida ou religião que forneça sentido, propósito e objetivos à vida.

Caso se considere que o bem estar é ter condições físicas, mentais e sociais boas o suficiente para permitir o correto funcionamento de sua atividade psíquica e somática, vemos que ele tem aumentando ao passar dos anos, em decorrência: do crescimento da renda média mundial, gerando mais conforto; da evolução positiva da medicina, com consequente aumento da expectativa de vida; além de outros fatores. Apesar da evolução do bem estar, a felicidade pode não ter aumentado. Para justificar essa possibilidade, Hirsch (1979) afirma que a constante mudança nos gostos e preferências individuais inviabiliza o estudo tradicional do bem estar baseado somente na renda per capita.

Quando um aumento de renda ocorre, ele é acompanhado de um aumento no nível de aspirações de menor, igual ou maior intensidade, de tal modo que o ganho de bem estar possa ser positivo, nulo ou negativo, respectivamente. Easterlin (2001, citado por Dutt, 2009)¹⁶ correlaciona felicidade e renda em sua teoria, expondo que a felicidade é positivamente correlacionada com a renda, mas negativamente correlacionada com o nível de aspirações.

Outras teorias dizem que a felicidade não aumenta com o aumento do consumo, devido ao custo temporal necessário de: trabalho; pesquisa; compra; e consumo do produto. O gasto muitas vezes é guiado apenas pelo status e não pela sua “real” utilidade. Nesse caso, a infelicidade ou a não felicidade provém do fato de se precisar trabalhar mais para comprar algo não tão útil. Isto é, o “custo” de se trabalhar não é recompensado pelo benefício do consumo por status, podendo gerar frustração e descontentamento. Tal gasto provavelmente teria apenas o benefício de prevenir o consumidor da vergonha, mantendo-o dentro da norma de consumo. A norma de consumo é bem exemplificada por Smith (1776, citado por SEN *et al.*, 2007)¹⁷. Na sua época, era inconcebível uma pessoa não possuir sapatos de couro,

¹⁶EASTERLIN, R. Income and happiness: towards a unified theory. **Economic Journal**. Cheltenham, v. 111, p.54-84, 2001.

¹⁷ SMITH, A. **An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

e por mais pobre que ela fosse, não iria aparecer em público sem eles. Além desse fato, pode-se citar a grande influencia da mídia, que promove desejos e aspirações até então inexistentes, que nem sempre são geradores de felicidade (Dutt, 2009; Galbraith, 1958, citado por Dutt, 2009¹⁸; Linder, 1970).

Segundo Sen (2005), o crescimento da renda per capita por si só não é desenvolvimento, mas parte constitutiva dos fins do desenvolvimento. Para evidenciar isso, ele cita o exemplo do estado indiano de Kerala que conseguiu ótimos índices de mortalidade infantil, expectativa de vida e alfabetização, mesmo sem o crescimento de renda. O estado de Kerala tem os menores índices de pobreza da Índia, com um IDH superior a 0.9, mas uma renda per capita de quase a metade da média indiana. O crescimento econômico só não acompanhou os bons resultados sociais devido a políticas econômicas mais “fechadas” adotadas pelo governo de Kerala, que inibiu a recepção de investimentos externos.

Sen (2005) identifica cinco motivos pelos quais uma variação na renda não gera, necessariamente, aumento na qualidade de vida, são elas:

- Heterogeneidades pessoais, isto é, doenças e incapacitações que reduzem drasticamente o bem estar, como por exemplo, paralisia;
- Diversidades ambientais como frio, furacões, malária, AIDS e etc.;
- Clima social, ou seja, educação, crime, corrupção, violência, saúde pública, poluição e o capital social;
- Perspectivas relativas, de acordo com costumes e renda do meio em que o agente vive. Um indivíduo morando em uma região extremamente rica pode ser considerado rico, mas naquela região é considerado pobre e por isso tem certas privações e baixa qualidade de vida;
- Distribuição entre membros familiares, que pode ser igualitária ou preferencial para os meninos. Nesse caso, o aumento de renda não melhora o bem estar das mulheres.

O aumento da renda, em geral, não é suficiente para compensar as desvantagens citadas. Apesar de existirem compensações monetárias para casos

¹⁸GALBRAITH, J. **The Affluent Society**. London: Hamilton, 1958.

como poluição e doenças, elas na verdade são dificilmente compensadas com dinheiro.

Linder (1970) e Hirsch (1979) vão contra a teoria tradicional, na qual o aumento da produtividade gera aumento do consumo e do lazer. Para esses autores, o homem está cada vez mais aflito e pressionado pelo tempo, e não o contrário. É interessante notar que essas obras foram escritas na década de 1970, muito antes da popularização dos computadores pessoais e dos *smartphones*. Essas duas “revoluções” tecnológicas, ao invés de liberarem o trabalhador para elevar seu consumo, tornaram-no ainda mais aflito e sem tempo. Atividades que antes requeriam vários dias e vários funcionários para serem realizadas, como o balanço de uma empresa, hoje são feitas em poucos dias, às vezes por uma única pessoa e seu computador. Atualmente, 10 segundos de espera à resposta de um comando enviado a um aparelho tecnológico são inaceitáveis. Muitos empregados estão conectados e a serviço de suas empresas 24 horas por dia e em todo lugar, uma vez que podem receber e enviar e-mails, elaborar e analisar planilhas de forma remota pelos *smartphones*. Apesar do gigantesco ganho em produtividade trazido pelos computadores e robôs, o homem está cada vez mais aflito e sem tempo.

Contra a associação entre consumo e aumento do lazer, Hirsch (1979) desenvolve uma interessante teoria para a “economia do tempo”. Nessa teoria, ele analisa apenas aquele consumo que economiza tempo, já que todos os demais consumos supérfluos são tidos como negativos ou neutros para a satisfação dos agentes. Nessa teoria é explanando que a economia de tempo proporcionada por uma inovação tecnológica deve ser calculada em sua forma líquida. Em seu exemplo, o sujeito que economiza uma hora no barbeiro ao comprar um barbeador e se barbear em casa, poderá passar aquela hora jogando tênis e aumentando sua satisfação.

Os índices nacionais registrarão uma dupla adição ao consumo, o barbeador... e pagamentos adicionais pelos serviços de tênis [menos os gastos com o barbeador], embora a adição à satisfação de consumir esteja limitada apenas ao último item [ao considerar que o consumir não goste de se barbear]. (HIRSCH, 1979, p. 112).

Para o autor, o barbeador é um exemplo de necessidade lamentável, que não deveria incrementar os índices econômicos. É mostrado assim, que nem mesmo todo o consumo que aumenta o tempo disponível aumenta a satisfação, sendo necessário encontrar o aumento líquido da satisfação. Essa economia de tempo proporcionada por novos bens provavelmente não terá limite, uma vez que novos produtos serão sempre bem vindos para ajudar a população aflita a ganhar tempo. O autor ainda explica como é calculado o custo subjetivo do tempo, que viabilizará a economia do tempo:

O custo subjetivo do tempo para o indivíduo depende do valor que atribui aos seus usos alternativos. O tempo dedicado ao lazer e outras atividades que não produzem renda aumentará ou diminuirá com (1) a taxa de salário sobre a atividade de trabalho que esta sendo posta de lado a fim de dar lugar ao tempo de lazer adicional, e (2) o valor subjetivo atribuído ao pagamento de que se abre mão. (HIRSCH, 1979, p. 108)

A partir do incremento ético e moral, os indivíduos podem conseguir se “libertar” do consumismo supérfluo. Para tal, reduziriam suas horas de trabalho e passariam a consumir “melhor” seu tempo livre com atividades voluntárias, apreciação e preservação da natureza, entre outros. Sem que, necessariamente, o crescimento econômico seja afetado negativamente por tal redução, uma vez que o tempo livre poderá elevar a produtividade do trabalho. Sobre essa idéia Keynes é otimista:

Quando a acumulação da riqueza não for mais de alta importância social, haverá grandes mudanças nos códigos de moral. Nós poderemos nos libertar de muitos dos princípios pseudo-morais que nos impingiram durante duzentos anos, pelos quais nós temos exaltado algumas das mais desagradáveis qualidades humanas na posição das mais altas virtudes. Nós poderemos nos dispor a ousar avaliar o motivo-dinheiro em seu verdadeiro valor. O amor ao dinheiro como uma posse - como distinto do amor ao dinheiro como meio para os prazeres e as realidades da vida - será reconhecido pelo que ele é, algo como uma morbidez asquerosa, uma dessas tendências semi criminosas e semi patológicas com as quais lidam com um tremor os especialistas em doenças mentais. Todos os tipos de costumes sociais e práticas econômicas, afetando a distribuição de riquezas, de recompensas econômicas e de penalidades que nós mantemos agora a todo custo - por desagradáveis e injustos que eles possam ser em si, já que são tremendamente úteis em promover a acumulação de capital - nós estaremos livres então, afinal, para descartar. (KEYNES, 1930, p.6).

Um importante conceito alternativo de bem estar relacionado a ética é o capital social. Na visão tradicional, a economia é formada pela agregação de três capitais: o físico, o humano e o natural. O capital físico é o agregado de ferramentas, máquinas, construções e infraestrutura. O capital humano, que se refere à capacidade de um trabalhador produzir mais, é basicamente composto por educação e saúde. Capital natural, ou o meio ambiente, é o valor das terras férteis de um país, suas florestas e recursos subterrâneos, como minerais, petróleo e gases. (DURLAUF *et al.*, 2008).

Contrapondo a visão tradicional, Coleman (1988) e Putnam (1993) apresentam quatro tipos de capitais: o natural, o financeiro, o humano e o social. O capital natural e o humano se equiparam à definição anterior, e o financeiro se assemelha à definição tradicional de capital físico, porém para eles é tudo o que é construído pela sociedade, como inovações e benfeitorias. O capital social tem pelo menos quatro dimensões: o clima de confiança nas relações interpessoais; a capacidade de associatividade, de cooperação, e de sinergia para projetos; a consciência cívica; e os valores éticos de uma sociedade. (COLEMAN, 1988; PUTMAN, 1993).

Putnam (1993) exemplifica a existência de capital social de maneira ainda mais impactante. Ele mostra a diferença no engajamento civil existente entre o norte e o sul da Itália, que reflete diretamente no sucesso econômico e político dessas regiões. No norte italiano as pessoas têm mais confiança uma nas outras, participam mais de associações coletivas e são mais ativos na política. Enquanto no sul, o governo preza mais pelos seus contatos, de forma a excluir uma participação mais ativa da população, que por sua vez confia menos no governo e entre si. A falta de confiança, cooperação e engajamento social no sul criou um ambiente menos propício ao desenvolvimento econômico, quando comparado ao norte, e com ele, o desenvolvimento do bem estar e da felicidade. Um bom exemplo de aumento de felicidade quando do aumento do capital social é reportado, segundo Putnam (2000,

citado por SEN, 2008)¹⁹, quando as pessoas aumentam seu engajamento social participando de alguma atividade voluntária.

Como quase todos os tópicos abordados nessa monografia, a relação entre felicidade e bem estar não é unânime. Frank (2009) evidencia que a existência de felicidade não comprova o bem estar, pois as pessoas se adaptam rapidamente a novas situações. Cita como exemplo, alguns ex-prisioneiros de campos de concentração nazistas que conseguiram viver “bem”, abstraindo sua situação de miséria, ou paraplégicos que se declaram felizes, mas que se submeteriam a cirurgias com elevado risco de morte para ganhar suas capacidades motoras.

3.2 DESIGUALDADE NA VISÃO ALTERNATIVA

Como visto no capítulo anterior, para alguns autores, entre eles Hirsch (1979) e Stoll *et al.* (2012), a desigualdade de renda é necessária, porém maléfica se elevada. Matsuyama (2000) defende que muita igualdade e muita desigualdade são entraves para o desenvolvimento econômico. O ideal seria uma desigualdade baixa, porém existente para fornecer mão de obra e incentivos para o florescimento de novos investimentos e projetos industriais. A equiparidade salarial, bem como a felicidade, deve atingir um ponto ótimo diferente de seu máximo.

Há uma grande divergência na literatura, tanto na economia quanto na psicologia, sobre a correlação entre desigualdade e felicidade (ou bem estar). Alguns estudos apontam correlação negativa entre a desigualdade e a felicidade, outros positiva, e alguns até defendem a não correlação entre as duas. A divergência de resultado dos estudos é justificada por diferenças nos: métodos de avaliação da felicidade; países pesquisados; tratamento dos dados; e anos analisados.

Johns *et al.* (2007) defende que a felicidade, a longo prazo, é constante, independentemente das condições ambientais, renda ou nível de desigualdade. Ou seja, a felicidade e a desigualdade não estão correlacionadas, pois o ser humano se adapta às situações. A autora compara o coeficiente de GINI com a felicidade nos

¹⁹ PUTNAM, R.D. Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon and Schuster, 2000.

EUA e no Reino Unido, encontrando que a felicidade é imutável perante a redução ou o aumento da desigualdade nesses países. Johns *et al.* (2007) também cita o caso do enorme sofrimento da população da União Soviética quando da morte de Stalin. Esse criou uma sociedade baseada no medo, na repressão e na ausência de religião, de forma que mesmo em terríveis condições de desenvolvimento social, a massa da população estava feliz com sua liderança, tendo-o como grande protetor.

Para Sen (2005), a desigualdade de renda não é a única disparidade que deve ser analisada e combatida. Há também, a desigualdade de saúde, educação, segurança, inclusão social, entre outros. Nesse sentido, ele propõe, por exemplo, que pessoas incapacitadas tenham mais renda que as demais, devido às suas maiores necessidades de recursos econômicos. Por mais que isso vá contra a igualdade de renda, seria uma igualdade de bem-estar.

A respeito das teorias de igualdade de bem estar, Cohen (2005) define bem estar como sendo o prazer e a satisfação de preferências, um estado desejável da consciência, ou o bem estar hedônico. Cohen (2005) explana que a igualdade de bem estar só seria justificável se igualasse o prazer inofensivo, uma vez que o prazer de matar, por exemplo, não pode ser levado em consideração. Entretanto, a igualdade de bem estar também não pode entregar recursos aos ricos que estão insatisfeitos com caviars e vinhos e não dar nada ao pobre que está satisfeito com arroz e feijão. Logo, o aconselhável seria a igualdade de oportunidades de bem estar. Cohen (2005) critica a visão de bem estar dos utilitaristas que padronizavam o prazer dos produtos consumidos para todas as pessoas, sem contar com as diferenças individuais. A utilidade de um mesmo bem varia muito de acordo com os gostos e preferências individuais. Cada indivíduo tem diferentes capacidades de utilização dos bens. Logo, consumi-los-á de maneiras diversas, gerando com isso resultados díspares em termos de satisfação.

Para que ocorra a redução da desigualdade de bem estar, segundo Sen *et al.* (2007) é necessário oferecer: acesso universal ao recurso judiciário; liberdade de expressão; direito de votar e de discutir as condutas políticas; alimentação e moradia adequadas; segurança; atendimento médico e seguro saúde. Esses são conhecidos direitos humanos. Eles colaboram com a inserção, união, agregação e inclusão básica de um cidadão em uma sociedade. Sen *et al.* (2007) cita algumas violações

dos direitos humanos e maneiras de exclusão social menos reconhecidas como: o trabalho exaustivo; o trabalho infanto-juvenil; residências ou locais de trabalho sujeitos à poluição urbana ou aos efeitos perversos do aquecimento global etc.

Um argumento a favor das ideias de Sen sobre a importância da liberdade na qualidade de vida é dada por Brock (2005) ao citar a situação na qual um pai renuncia a um caro e prolongado tratamento de saúde (piorando sua qualidade de vida) para manter o padrão educacional de seus filhos. Nesse caso, o pai julga a qualidade de vida de seus filhos como mais valiosa que a própria e, apesar de ter uma saúde pior, será mais feliz. Isso demonstra a importância da liberdade e do poder de escolha para melhorar o bem estar.

Conclui-se que os economistas são praticamente unânimes quanto à importância da desigualdade de bem estar na felicidade. Contudo, divergem em relação ao impacto da desigualdade de renda na felicidade, que nem sempre é negativo, variando de acordo com a percepção que cada sociedade tem dessa desigualdade: se ela representa injustiça ou oportunidade.

3.3 UM DEBATE CRÍTICO SOBRE O ESTADO ESTACIONÁRIO TRADICIONAL

Essa subseção busca debater uma possível alternativa ao estado estacionário tradicional. Essa busca é relevante, pois para Johns *et al.* (2007) tal estado não é benéfico para a felicidade, mas sim um crescimento econômico dinâmico, que supere o período de esgotamento da adaptação à nova renda, como explicado à seguir.

3.3.1 A crítica sobre o estado estacionário tradicional

Para Johns *et al.* (2007), toda vez que a economia cresce e há desenvolvimento social, ocorre um crescimento da felicidade. Eventualmente, esse crescimento é dissipado, e o nível da felicidade retorna ao patamar inicial. Na ausência do crescimento, a felicidade só poderia aumentar com ajustes pontuais,

mas estaria muito mais propensa a diminuir, pois as pessoas têm constante necessidade de consumo, novidades e inovações. Logo, deve haver um nível mínimo de crescimento econômico que superaria esse período de “esgotamento” da nova felicidade, de forma que os indivíduos permaneçam sempre na “espiral de aspirações” ou na “esteira” (*aspiration treadmill*)²⁰, com uma felicidade ao menos estável no longo prazo.

Contra essa teoria estão muitos economistas, entre eles Daly (1991), advogando que o estado estacionário da economia é necessário para que as pessoas possam se ocupar com o que realmente gera felicidade, ao invés de se preocuparem com acumulação material. Entretanto, para Johns *et al.* (2007) a diminuição das horas de trabalho, da criminalidade e da desigualdade não aumentaram a felicidade nos países desenvolvidos, devido à importância do consumo relativo. Diversos autores, entre eles Helliwell *et al.* (2012) e a própria pesquisa empírica desta monografia rebatem a crítica de Johns, como será visto no capítulo 4.

Um dos mais fortes argumentos presentes na literatura tradicional para justificar o estado estacionário são as leis da termodinâmica, uma vez que a economia contemporânea é dependente de energia. Segundo Callen (1985), a primeira lei da termodinâmica é a lei da conservação de energia. Segundo ela, a energia total em um sistema isolado permanece constante. Entretanto, a energia total é composta de energia cinética, térmica, nuclear e potencial. É difícil mensurar com precisão a energia potencial, uma vez que ela pode ser constantemente ampliada pelo avanço da tecnologia. Um exemplo seria a fusão nuclear, que está próxima de ser descoberta e produzirá muito mais energia que a atual fissão nuclear, que no momento de sua descoberta, chocou pela quantia de energia gerada além do previsto. Mas mesmo se considerarmos que a tecnologia terá um limite para aumentar a energia potencial, não estamos em um sistema isolado, não há fronteiras espaciais. Como já há tecnologia suficiente para enviar o homem e robôs ao espaço, devemos considerar que vivemos em um mundo sem limites, pois até hoje não há nenhuma prova de que vivemos em um universo limitado. Ao contrário, os cientistas mostram que o universo está em constante e infinita expansão.

²⁰ O *aspiration treadmill* será definido na subseção 4.2

No espaço, há uma infinidade de estrelas que geram não apenas luz e calor como grandes ventos espaciais que poderiam prover infinitas fontes de energia, considerando que o universo está em constante expansão. Além disso, no espaço há diversos minerais e componentes químicos presentes na terra e outros ainda a serem descobertos, que poderão ser utilizados como fontes de energia. Portanto, a primeira lei da termodinâmica não serve para explicar um possível estado estacionário. A segunda e a terceira leis da termodinâmica, segundo Callen (1985), também são baseadas em um sistema isolado e pelo mesmo motivo já exposto, não podem explicar um limite para o crescimento da economia.

Ao contrário do que diz Daly (1991) e das teorias malthusianas, é possível continuar crescendo economicamente também sem limites ecológicos. Há diversas alternativas sintéticas ao petróleo como combustível. O álcool brasileiro é um bom exemplo, mas desde a antiguidade já se usava óleo vegetal como lubrificante. Segundo Smith (2002), um experimento na Flórida planta vegetais em arames que circulam em uma estufa, recebendo eventualmente jatos de água e minerais. Esse exemplo demonstra que já existem plantas crescendo até no ar, viabilizando no futuro a criação de “edifícios fazenda”. Também já fabricamos diversas comidas sintéticas, e até algumas pílulas contendo altos níveis de vitaminas e calorias que substituem grande parte da alimentação. Até mesmo a água pode ser feita de forma sintética, juntando duas moléculas de hidrogênio com uma de oxigênio em reatores de grande resistência. Rauchfuss *et al.* (2007) descobriram uma nova forma de criação de água, através da redução do oxigênio e da oxidação do hidrogênio, maneira mais viável e menos perigosa que a utilização de usinas.

Conforme a economia se aproximar desses limites “tradicionais”, como são os limites ecológicos e energéticos, as alternativas aqui apresentadas se tornarão viáveis. O álcool brasileiro, por exemplo, só se tornou viável devido aos choques do petróleo que ameaçaram o crescimento de diversas economias, entre elas a brasileira. Da mesma forma, a exploração de energia espacial e a criação de “edifícios fazenda”, hoje inviáveis, se tornarão realidade na medida em que isso viabilizar a continuidade do crescimento econômico.

Na questão energética, além do já citado caso da energia espacial, existem hoje diversos projetos para geração de enormes quantidades de energia de forma

completamente renovável. O mais próximo da realidade é o Desertec. O Desertec é uma fundação de empresas do setor de tecnologia alemã que prevê mais de US\$ 500 bilhões em investimentos para a produção de energia elétrica no deserto do Saara. A primeira usina solar deverá ser construída ainda esse ano no Marrocos. O objetivo do fundo é suprir toda a demanda energética do planeta com energia renovável, que segundo eles é perfeitamente possível e viável. (CONCEPT, 2012).

Pode-se, porém, imaginar que um estado estacionário será atingido quando a acumulação de capital atingir um limite. Um exemplo de limitação seria o do tempo de consumo. Se a atual tendência de redução dos preços dos bens continuar até o ponto em que todos tenham renda suficiente para consumir praticamente tudo o que quiserem, chegaremos ao ponto de saciedade do consumidor. Ele será limitado então, pelas 24 horas de um dia.

Uma vez que o agente vê seu consumo restrito pelo tempo e não pela renda, isso gerará um não consumo indesejável. Ele poderá então, reduzir sua jornada de trabalho, até que haja o equilíbrio entre renda e consumo. Esse processo poderá ocorrer a pequenos passos, e terá diversos pontos positivos. Inicialmente, a demanda irá aumentar, uma vez que os agentes terão mais tempo livre para consumo, ou seja, aumentarão seu limite temporal. Para manter ou até aumentar a produtividade, os empresários deverão elevar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento e, se houver um exército de reserva, contratá-lo, diminuindo o desemprego. No caso de uma sociedade já no pleno emprego, a inovação tecnológica deverá gerar um aumento da produtividade que dê conta de repor as horas de trabalho perdido.

O aumento das horas de lazer e de consumo, somada à redução das “desutilidades” do trabalho (definido por Offe (1989) como o desgaste físico e mental, o stress, as lesões e outros malefícios trabalhistas) deverão provocar significativa melhora da motivação dos trabalhadores, o que poderá gerar um impacto positivo no aumento da produtividade.

O (GRÁFICO 6) representa três estágios do aumento da produtividade e seu reflexo na decisão de horas ofertadas de trabalho. No eixo horizontal está o consumo ou a renda auferida pelo trabalho, no vertical a jornada de trabalho em horas. As linhas azuis representam a produtividade, que aumenta de acordo com a

evolução tecnológica. As curvas verdes são curvas de indiferença que mostram as preferências dos indivíduos. Da esquerda para a direita, um aumento da produtividade causa tanto um aumento nas horas trabalhadas quanto do consumo, demonstrado na mudança do ponto de encontro das linhas roxas para o das linhas rosa. No segundo momento, a jornada de trabalho se mantém constante, mas a cesta de consumo aumenta (transição da interseção rosa para a laranja), e finalmente, subsequentes aumentos de produtividade reduzem a jornada ao mesmo tempo em que ampliam o consumo (passagem da interseção laranja para a vermelha).

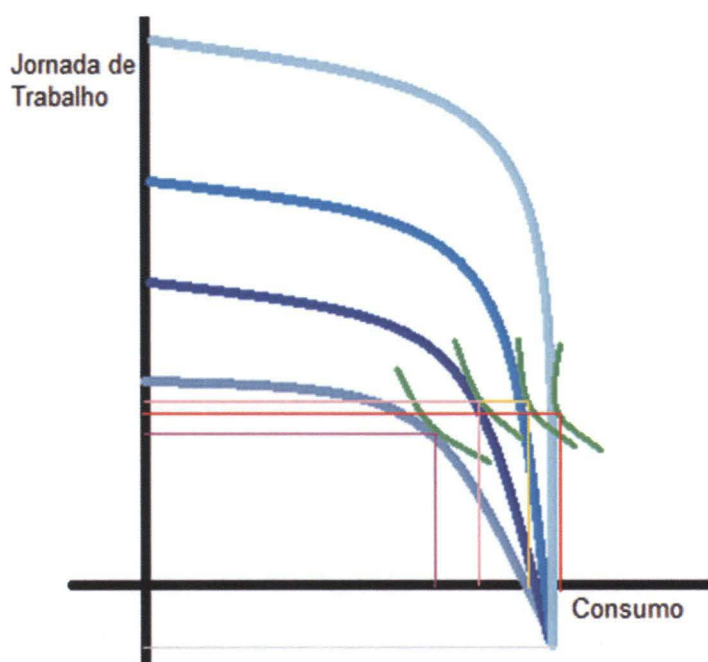


GRÁFICO 6 – PRODUTIVIDADE E LIMITE TEMPORAL

Elaboração Própria.

Os indivíduos não só trabalharão menos, mas buscarão tornar o seu tempo livre mais eficiente. Como já citado, Hirsch (1979) sugere que a economia do tempo é uma tendência na economia contemporânea e de que ela também não deve ter limite. As pessoas estarão sempre sedentas por mais tempo livre, viabilizando a contínua pesquisa e desenvolvimento de novos produtos economizadores de tempo. Além das pessoas diminuírem suas jornadas e melhorarem a eficiência de seu tempo livre, abrirão mais espaço para o consumo.

O (GRÁFICO 7) foi confeccionado a partir da teoria de Maslow (1943) da satisfação das necessidades humanas, e do diagrama de Daly (1991) sobre o estado estacionário. Ele representa o benefício marginal do consumo quando ele atende às diferentes necessidades do ser humano. Conforme elas vão sendo supridas, o custo de suprir a próxima categoria de necessidades aumenta e seu benefício diminui, até o ponto em que o consumo torna-se excessivo e maléfico para o bem estar do indivíduo²¹. A única forma de escapar desse ponto, e se manter no ponto de consumo ótimo, é reduzindo a quantidade de trabalho ofertada, isto é, reduzindo o custo marginal do consumo, e deslocando a curva de custos marginais para a direita, como representado pelo (GRÁFICO 8). Tal “fuga” do consumo que não valha a pena ou do trabalho excessivo, vai de encontro à ideia já apresentada que refuta o estado estacionário, uma vez que a diminuição da jornada de trabalho viabilizará a elevação do consumo (que valha a pena) e do bem estar.

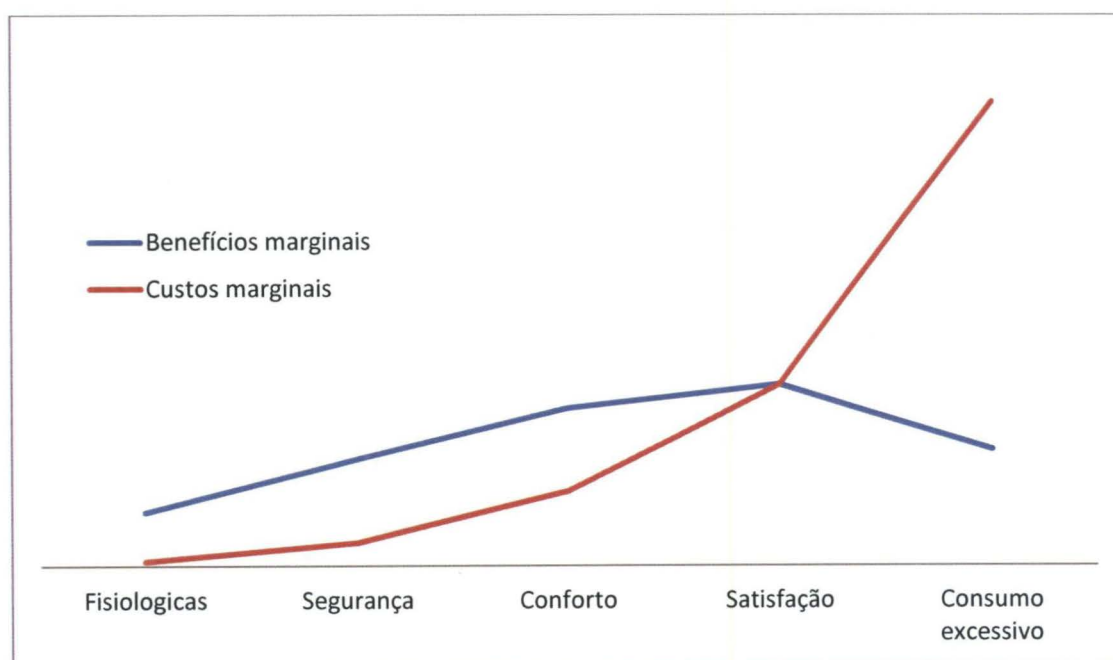


GRÁFICO 7 - BENEFÍCIOS E CUSTOS MARGINAIS DO CONSUMO

Elaboração própria.

²¹ Isso cria um paradoxo, o “paradoxo micro-macro”, onde de um lado há os indivíduos (micro) e do outro, os países, os estados e seus governos (macro). Enquanto os primeiros têm um nível de consumo máximo, a partir do qual mais consumo será gerador de infelicidade, os últimos não têm limite de consumo. Ao contrário, para eles, quanto mais consumo, melhor, devido a seus efeitos expansionistas na economia.

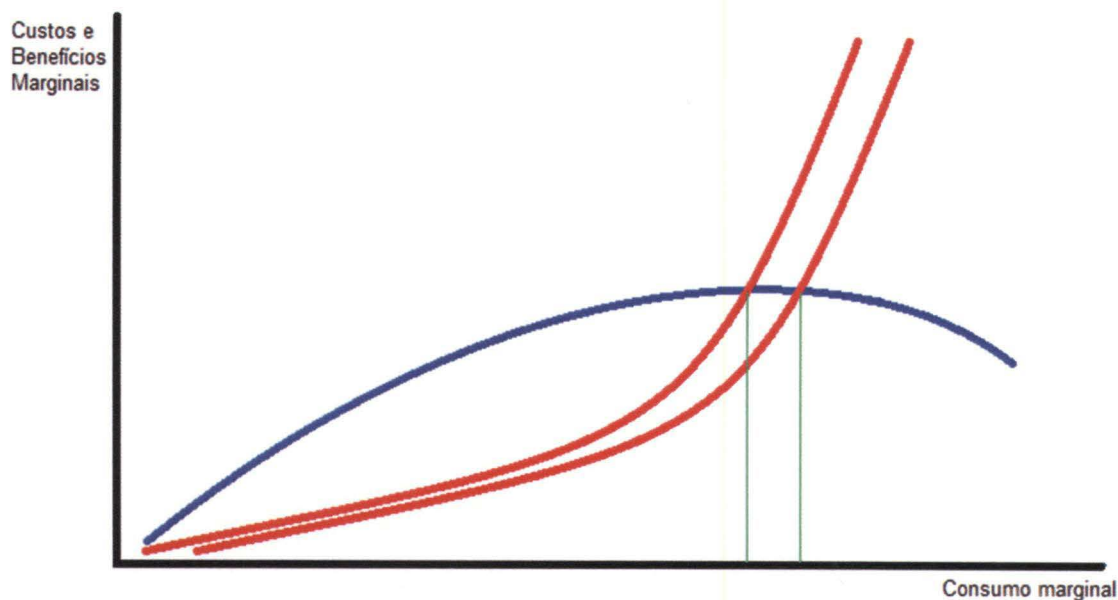


GRÁFICO 8 - ESCAPE AO CONSUMO EXCESSIVO, DESCLOCAMENTO DO CUSTO MARGINAL NA CURVA DE BENEFÍCIOS E CUSTOS MARGINAIS DO CONSUMO.

Elaboração própria.

Apesar de a curva de custos marginais poder ser deslocada para a direita pelos avanços tecnológicos e pela redução da jornada de trabalho, ela não poderá ser deslocada infinitamente. Os argumentos de que os avanços tecnológicos deslocam a curva de custos marginais para a direita são verdadeiros empiricamente. Entretanto, se considerarmos custos como englobando custos de oportunidade, essa curva não poderá ser deslocada no limite, pois, por mais barato que o consumo seja, ninguém desejará passar todas as horas de um dia comprando sem poder usufruir de suas aquisições.

O esforço publicitário de criar novas necessidades afasta o ponto ótimo por deslocar a curva de benefícios para a direita. Isso ocorre, pois ela deprecia os produtos velhos fazendo com que seu benefício diminua, e a impaciência aumente. O distanciamento entre conforto e satisfação aumenta também devido à geração de novas necessidades, tornando a satisfação cada vez mais fora de alcance. Porém, deve-se aceitar que de uma maneira geral a economia não poderá ter elevados crescimentos para sempre. Eventualmente deverá enfrentar um baixo crescimento. Esse se dará pelo limite temporal do consumo e a vagarosa redução da jornada de trabalho.

Esse resfriamento do consumismo será benéfico para a sociedade, pois segundo Dutt (2009), quando um agente consome um bem supérfluo e a maioria da população local também o consome, então o aumento de felicidade “líquida” é nulo, devido à importância do consumo relativo. Assim, o tempo gasto no consumo (e o trabalho requerido para viabilizar o mesmo) é infrutífero e gerador de frustrações. Se somada a essa proposta, a de Johns *et al.* (2007) apresentada no início dessa subseção, temos que talvez exista uma baixa taxa de crescimento que seja “ótima” para o bem estar.

Verifica-se que é mais provável que o estado estacionário tradicional nunca seja atingido, uma vez que a continuidade do crescimento seria viabilizada por meio da já conceituada economia do tempo e da redução da jornada de trabalho.

3.3.2 Dados sobre a redução da jornada de trabalho

Como a redução da jornada de trabalho foi citada como o principal caminho para o escape ao estado estacionário, cabe realizar uma análise empírica sobre ela e sua relação com a felicidade. Uma análise dos benefícios macroeconômicos dessa redução. Para Gorz (2003) o trabalho poderá assumir uma posição secundária em relação às atividades de lazer, momento em que o homem tornar-se-ia “soberano de seu tempo”. Gorz (2003) destaca a importância da redução da carga horária ser acompanhada por incrementos reais dos rendimentos – como demonstrado no último estágio do (GRÁFICO 6) – o que ele cita como já realidade de maneira geral.

O atual ano de 1600 horas... [dá] direito a uma renda... quatro ou cinco vezes mais elevada, em poder de compra, que aquela recebida no início do século XX por um operário trabalhando por volta de 3200 horas anuais. (GORZ, 2003 p.207).

Linder (1970) expressa que o avanço da produtividade tem sido tão intenso que até mesmo famílias de classe média dos países desenvolvidos vivem sob a pressão do tempo. Para ele, o consumidor pode acabar:

Tomando café brasileiro, fumando um cigarro holandês, girando um copo de conhaque francês, lendo o The New York Times, escutando a um concerto de Brandenburg e entretendo sua esposa sueca, tudo ao mesmo tempo, com diferentes graus de sucesso. (LINDER, 1970, p.79, tradução nossa).

Para analisar o progresso da redução da jornada, são apresentados os dados de desemprego e jornada de trabalho na Europa. O (GRÁFICO 9) compara a quantidade de horas realmente²² trabalhadas por ano com o nível de desemprego de alguns países europeus (incluindo a Turquia) para o ano de 2011. Em geral, observa-se uma relação entre as duas variáveis, de que quanto menor a jornada de trabalho, menor o desemprego.

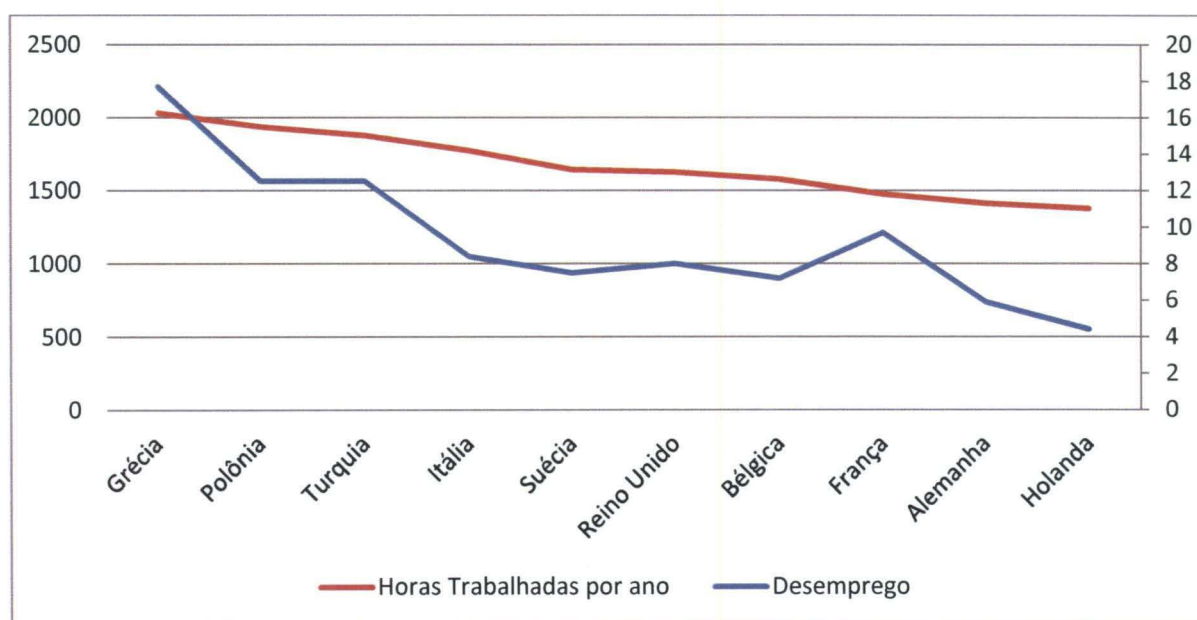


GRÁFICO 9 - DESEMPREGO X JORNADA DE TRABALHO NA EUROPA EM 2011

FONTE: dados horas trabalhadas (OECD.STAT, 2012); dados desemprego (EUROSTAT, 2012).

Elaboração própria.

Uma análise ao longo do tempo foi realizada pelo órgão francês INSEE. Os dados de desemprego da França mostraram redução quando da implementação da

²² Considerando as férias não remuneradas, as ausências por doenças e etc.

jornada de trabalho de 35 horas. O IRES (2003)²³ proclama a criação de meio milhão de postos nos quatro primeiros anos da redução da jornada. Segundo o INSEE (2011), houve queda de 28% na taxa de desemprego na França no mesmo período (de 10,7% em 1997 para 7,7% em 2002)²⁴.

No (GRÁFICO 6) foi demonstrado que as pessoas trabalhariam menos e consumiriam mais quando a produtividade aumentasse, aumentando assim a sua qualidade de vida. Os dados empíricos mostram que isso tem acontecido com diferentes velocidades em cada país, como será exposto adiante.

Segundo Stoll *et al.* (2012) a jornada de trabalho tem efeito na satisfação de vida no formato de um U invertido, ou seja, a satisfação de vida aumenta até determinada quantidade de horas trabalhadas e após atingir esse “máximo”, qualquer incremento na jornada reduzirá a qualidade de vida. Logo, deve haver uma quantia ótima de horas de trabalho por dia, mas a mesma varia de cultura para cultura. A Europa provavelmente se situa no final desse gráfico, ou seja, qualquer redução na jornada aumenta o bem estar, pois os europeus têm reduzido sua jornada em velocidade muito superior que o resto do mundo. Na Europa, a felicidade está tão negativamente relacionada com as horas de trabalho, que uma redução da jornada aumenta a felicidade até mesmo quando há redução na renda.

De acordo com Alesina *et al.* (2005) os europeus trabalham entre 16 e 19 horas por semana contra 25 horas semanais nos Estados Unidos. Por conta da ampla redução em sua jornada, a economia europeia tem crescido menos que a norte-americana, mas isso não tem afetado a felicidade dos europeus negativamente. Isso pode sugerir que eles já estão iniciando um processo, ainda que “inconsciente”, de agregação da economia da felicidade em suas economias.

A seguir, o (GRÁFICO 10) mostra a redução da jornada de trabalho nos Estados Unidos e na Alemanha e a renda per capita de ambos os países. No período contemplado pelo gráfico, a jornada cai 1/3 na Alemanha e 10% nos EUA, a renda se eleva em aproximadamente 200% na Alemanha e 226% nos EUA. Verifica-

23 PROGRAMME, 2003.

24 TAUX, 2012.

se que desde meados dos anos 80 a jornada americana é estável, enquanto a alemã segue caindo. Poucos anos depois isso começa a se refletir na economia. A renda per capita alemã estabiliza depois dos anos 90, enquanto a americana continua crescendo. Um interessante dado sobre essas duas economias é o desemprego. Enquanto o desemprego médio dos últimos quatro anos (entre outubro de 2008 e outubro de 2012) foi de 6,66% na Alemanha²⁵, nos Estados Unidos ele foi de 8,97%²⁶ sugerindo, mais uma vez, que a redução da jornada é benéfica para a criação de empregos.

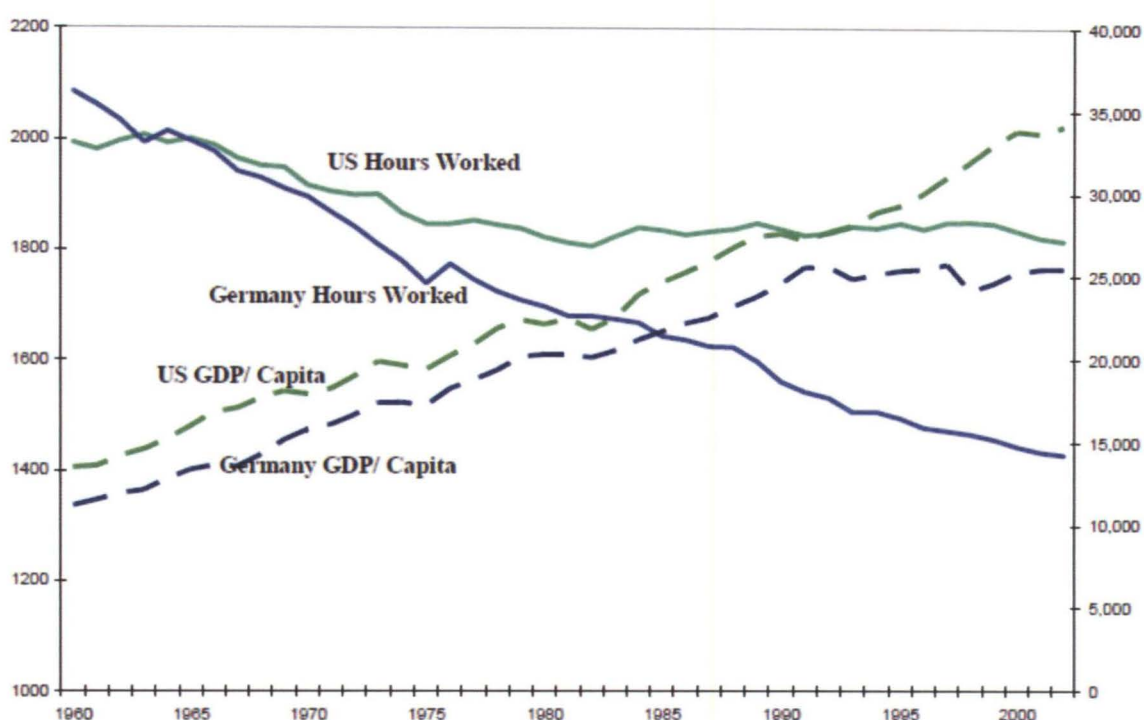


GRÁFICO 10 – JORNADA DE TRABALHO E RENDA PER CAPITA NOS ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA ENTRE 1960 E 2002

FONTE: (ALESINA *et al.*, 2005, P.63).

Uma análise com 34 países conclui que há alguma correlação positiva entre a diminuição da jornada de trabalho e a satisfação subjetiva. O (GRÁFICO 11) acima exibe essa correlação com dados da felicidade do HPI. A utilização dos demais

²⁵ Deutsche Bundesbank. Standardised unemployment rate total Germany. Disponível em: <http://www.bundesbank.de/Navigation/EN/Statistics/Time_series_databases/Macro_economic_time_series/its_details_value_node.html?tsId=BBK01.USBX80>. Acesso: 28/11/2012

²⁶ Trading Economics. United States Unemployment rate. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>>. Acesso: 28/11/2012

métodos apontados nessa monografia tem semelhante resultado, reforçando as propostas da subseção anterior com a análise empírica.

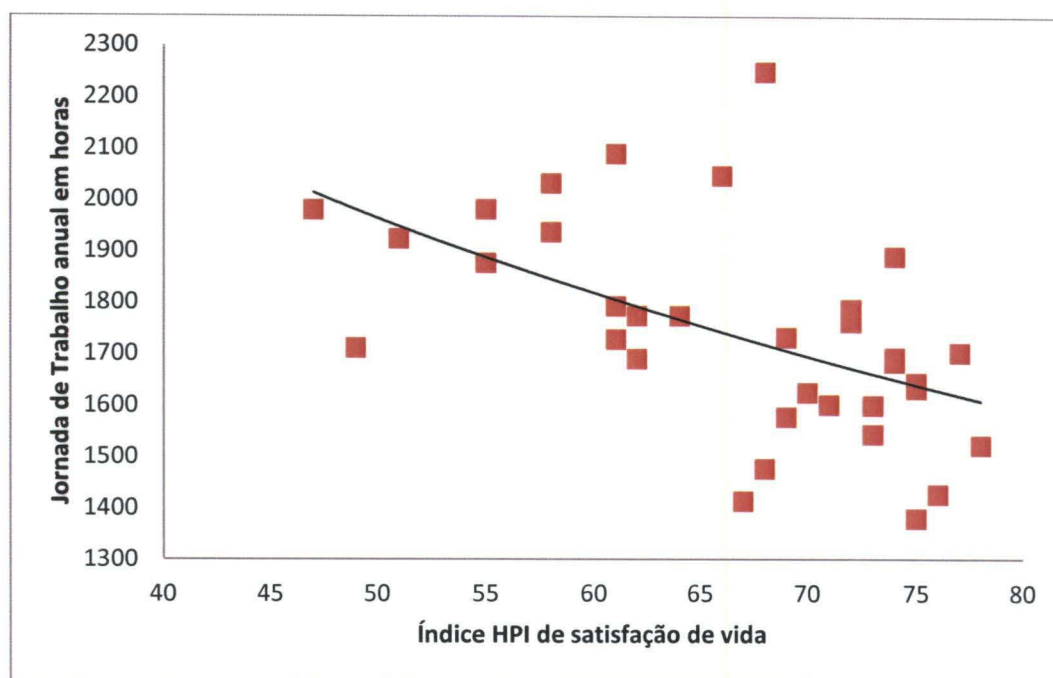


GRÁFICO 11 – JORNADA DE TRABALHO E HPI EM 2011

FONTE: Elaboração própria. Dados felicidade ABDALLAH (2012), dados jornada: OECD.STAT (2012).

Uma interessante observação sobre a redução da jornada de trabalho é feita por Phelps (1973), que distingue os indivíduos em dois tipos: os que são obsessivos depressivos ou maníacos depressivos; e os que não são. Para os depressivos o problema não é a falta de tempo, mas sim a falta de vivacidade das atividades de lazer, a falta de “afirmação de si mesmo” no uso do tempo para consumo. Para eles, o escape do tédio do consumo é o trabalho, que requer determinação, engajamento e criatividade, coisas não disponíveis no consumo. Nesse caso, nem todos gostariam de reduzir sua jornada. Para os depressivos ou os comumente chamados *workaholic* (viciados em trabalho), a redução da jornada significaria redução do bem estar. Contudo, essas pessoas podem passar a realizar trabalhos voluntários, para lhes motivar, aumentar o capital social e o bem estar da sociedade.

3.4 LIMITES SOCIAIS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Logo após a segunda guerra mundial houve um período no qual as massas dos países desenvolvidos puderam adquirir bens que até então eram exclusivos de uma minoria, como veículos, telefone, máquinas de lavar roupa e louça, televisores, aspiradores de pó e etc. Esse período de explosão do consumo é definido por Matsuyama (2008) como “ganso voador”. Atualmente, grande parte da população desses países tem todas as suas necessidades básicas e muitas das intermediárias supridas, restando apenas o consumo supérfluo, que dificilmente será suprido, devido à elite influente (na qual a sociedade espelha suas aspirações) e à constante renovação de seu consumo.

Matsuyama (2008) conclui que quando o preço dos produtos mais necessários diminui, há um aumento na demanda dos mesmos e posteriormente um aumento na demanda de itens mais supérfluos. Devido a esse acréscimo na demanda, a oferta de itens supérfluos aumenta e, de acordo com a economia de escala, têm seus preços reduzidos, aumentando a gama de possíveis clientes e o bem estar geral. A esse processo ele chama de “*trickle-down*” e ao fato dessa redução de preço liberar a camada mais alta para consumir novos produtos, e consequentemente mais caros, incentivando a pesquisa e desenvolvimento, a isso se dá o nome de “*trickle-up*”. Esses dois “*trickles*” proporcionam o crescimento da indústria em uma sociedade de consumo supérfluo. Entretanto, esses processos assumem a existência de classes e, portanto, só são possíveis com a existência de certa desigualdade.

Em consonância com esse pensamento está Hirsch (1979) ao afirmar que a elite é uma vanguarda na renda e no consumo, e a posterior ascensão social forma um hiato temporal que é parte do progresso. Esse progresso econômico permite que necessidades venham a ser satisfeitas com o tempo.

Os bens de luxo de uma geração passada tornavam-se bens comuns na geração seguinte, e bens necessários para a terceira. [Nos países desenvolvidos] isso aconteceu com automóveis, máquinas de lavar, aparelhos de televisão e viagens ao exterior. (HIRSCH, p. 236, 1979).

Para Hirsch (1979) há uma perda de qualidade evidente nesse processo, pois “a maior competição pelos produtos de oferta limitada eleva seus preços relativos ou reduz sua qualidade” (ibid, p.246). Um bom exemplo de diminuição da qualidade quando cresce a demanda por um bem de oferta limitada, são os bens posicionais, como os apartamentos à beira-mar na praia central da cidade de Balneário Camboriú. Lá os prédios estão tão altos que apenas os que estão à beira-mar conseguem ter vista do mar e pouco depois do meio dia não há mais sol na faixa de areia devido à sombra dos prédios. Além disso, a competição por um espaço na areia, durante a temporada, é tão elevado que as pessoas armam seus guarda sóis na noite anterior ao dia que desejam ir à praia. Tal deterioração da qualidade do lazer oferecido por essa praia incentivou a urbanização das praias ao redor, que eventualmente sofrerão do mesmo mal.

O sucesso econômico pelas normas convencionais contribui, por meio da demanda de bens e serviços posicionais, “para a frustração, tensão e inflação”. (HIRSCH, 1979, p. 246). O autor define isso como sendo escassez social e afirma que “A continuação do processo de crescimento depende de certas condições morais precárias que seu êxito prejudicou, através de sua ética individualista”. (ibid, p.249). Segundo o autor, após o atendimento das necessidades biológicas, o crescimento econômico não distributivo não gera mais felicidade. Mas as bases sempre desejarão o consumo das elites e por maior que seja o crescimento econômico, na presença de grande desigualdade, haverá sempre um hiato temporal significativo o suficiente para nunca deixar a base contente.

A competição posicional é um grande problema, pois as pessoas buscam o lucro às custas do prejuízo do outro. Dessa forma, Hirsch (1979) defende que a principal modificação necessária na sociedade é na ética social²⁷. O desafio para tornar o crescimento econômico sinônimo de evolução do bem estar é o de superar os limites sociais. Sua solução é “acomodar as diretrizes práticas aos limites sociais que existem e reduzir o custo enfrentado pelos indivíduos na orientação de suas ações para objetivos sociais”. (ibid, 1979, p.256).

Entretanto, esse autor identifica os aspectos positivos da competição, ao alegar que ela “contribui para a eficiência interna, ao estimular diferentes desejos e

²⁷ Ética social é o conjunto de princípios ou filosofias que representa uma sociedade.

capacidades individuais, [estimulando] um desempenho melhor, e para alguns, a própria busca é motivo de satisfação". (HIRSCH, 1979, p.258). Assim como a desigualdade, a competição também deve existir, porém a um nível bem baixo, pois ambos requerem uma mudança na ética e nas convenções sociais.

Como visto, além do limite temporal, a economia também pode sofrer estagnação pelo limite social, que é causado pelo consumo conspícuo e pela competição posicional, o que reduz a satisfação obtida com o consumo e gera frustrações, ou seja, queda do bem estar subjetivo.

4 MENSURAÇÃO E DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS ALTERNATIVAS

Esse capítulo apresentará as principais formas de mensuração do bem estar a partir de medidas não tradicionais, de caráter subjetivo, ou seja, da satisfação de vida e da felicidade, bem como a discussão teórica sobre os principais componentes e características desse bem estar. Finaliza-se apresentando as críticas à economia da felicidade.

4.1 MODELOS DE MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS SUBJETIVAS

A mensuração da felicidade é importante, pois fornece informações mais precisas que a renda per capita sobre a qualidade de vida. Segundo Frey (2009), alguns países tiveram grande queda em sua renda per capita enquanto sua felicidade permaneceu estável, e outros tiveram forte aumento em sua renda enquanto a felicidade permaneceu estável. Outros índices como o de desenvolvimento humano também não são precisos em traduzir a qualidade de vida de uma população, tal como a sua felicidade. O autor fornece várias razões para a mensuração da felicidade:

A mensuração da felicidade possui várias características interessantes. Primeiro, ela permite obter “políticas públicas ótimas de forma matemática”, aumentando a utilidade dessas mensurações para o governo. Em segundo lugar, em contraste com a ideia de postular uma função de bem-estar social a nível agregado com base em uma ampla gama de diferentes variáveis, os dados de bem estar oferecidos pelas pesquisas de felicidade oferecem uma avaliação global baseadas em escolhas individuais. Em terceiro lugar, uma medida de bem-estar social baseado em dados sobre a felicidade é democrática no sentido de atribuir um peso igual a cada pessoa. Em contraste, o valor do PIB é fortemente determinado pelas preferências das pessoas com alto poder aquisitivo. As preferências dos indivíduos sem rendimento para gastar são desconsideradas. (FREY, 2009, p. 309, tradução nossa).

De acordo com Praag (2005), a primeira mensuração do bem estar foi proposta por Edgeworth (1881)²⁸ e consistia no nível de consumo e na utilidade obtida a partir de cada cesta de consumo, sendo as escolhas limitadas pela renda. Foram identificados alguns problemas no utilitarismo como, por exemplo, se duas pessoas atribuem o mesmo nível de utilidade para os mesmos produtos e possuem a mesma renda, teriam então, a mesma qualidade de vida. Esses problemas foram ressaltados, segundo Praag (2005) por Pareto (1904)²⁹ e Robbins (1932)³⁰ que levaram a comunidade econômica, a refutar, por um bom tempo, a comparação do bem estar entre indivíduos.

Se basear apenas na economia utilitarista clássica é perder grande parte da realidade. Para Thor (2010), a economia comportamental (que estuda o comportamento dos indivíduos no mercado combinando aspectos da psicologia e da economia) é importante, pois as pessoas fazem escolhas irracionais a todo o momento, e com o melhor entendimento dessas decisões irracionais, os economistas podem tomar decisões mais acuradas para ajudar a sociedade.

Hofmann (2005) critica o individualismo e a racionalidade do *homuseconomicus* da teoria tradicional, dizendo que o homem é um agente social e não um ser isolado que não interage com seu meio. A racionalidade onisciente neoclássica pressupõe informação completa e amplos conhecimentos, inclusive sobre o futuro, o que é ilógico. Os cálculos realizados pelo *homuseconomicus* para decidir sobre suas opções de consumo e transações com o mercado não são inerentes ao ser humano, logo os modelos neoclássicos reduzem enormemente a função da sociedade e do psicológico humano, isto é, da interação do homem com seu meio. Hofmann (2005) delinea as diferenças entre o homem econômico e o que ela chama de homem social, que somos todos nós: "... ao contrário do homem econômico racional-maximizador, atomístico, isolado e homogêneo, o homem social é complexo, múltiplo e heterogêneo". (HOFMANN, 2005, p.89).

²⁸EDGEWORTH, F. Y. **Mathematical Psychics**. London: Paul, 1881.

²⁹PARETO, V. **Manuel d'économie politique**. Paris: Giard and Briere, 1904

³⁰ROBBINS, L. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan, 1932

Com o avanço do tempo, mais economistas estiveram dispostos a se aproximar dos métodos utilizados pelos psicólogos para a mensuração da qualidade de vida, como por exemplo, por meio de questionários, uma vez que as pessoas nem sempre buscam apenas maior renda e se satisfazem apenas com consumo. De acordo com Graham (2008) esses questionários podem trazer à tona assuntos importantes para o bem estar, geralmente ignorados, como o uso de drogas, estado mental e físico, educação, situação civil, confiança civil, existência e qualidade de emprego, etc.

A felicidade pode ser mensurada de acordo com três teorias, segundo Veenhoven (2009): a teoria do “*set point*”, onde a felicidade ocorre ao acaso ou é predestinada (aqui a avaliação deve ser feita uma única vez por pessoa, perguntando o quão feliz de modo geral ela é); a teoria da comparação (prevê que a felicidade muda constantemente e por isso as avaliações devem ser recorrentes e através da comparação entre a percepção de como o indivíduo vê sua vida e suas noções de como sua vida deveria ser); e a teoria do afeto, que é a mais simples e a mais precisa em estimar a felicidade humana. Ela consiste em saber como as pessoas se sentem usualmente.

As duas primeiras teorias deixam pouco espaço para o desenvolvimento de políticas visando o aumento da felicidade. O “*set point*” não tem muito suporte empírico, pois a felicidade não é estável nem entre países nem entre indivíduos ao longo do tempo, ou seja, se a felicidade dependesse da personalidade da pessoa (como por exemplo, ser mais extrovertido), os índices de felicidade não teriam uma variância tão grande entre países e menos ainda no tempo. Além disso, segundo Helliwell (2012) 95% da variação da felicidade entre regiões do planeta pode ser explicada pelas seguintes variáveis: renda per capita; esperança de vida saudável; ter um amigo para os momentos ruins; liberdade de escolha; ausência de corrupção.

A teoria da comparação tem alguma plausibilidade na felicidade gerada pelo consumo de algo inédito ou exclusivo. Mas como essa felicidade tem vida curta, no campo mais geral do bem estar subjetivo essa teoria deixa de ser tão aceitável. Por exemplo, a satisfação de comprar a maior casa do bairro não durará por tanto tempo como a felicidade de um casamento, do nascimento de um filho e etc. (VEENHOVEN, 2009; HELLIWELL, 2012).

Scanlon (2005) apresenta três teorias para responder à questão: “o que faz a vida de uma pessoa feliz?”. A teoria hedonista, a dos desejos e, a das “listas objetivas”. Na teoria hedonista, nada pode afetar a qualidade de vida além das experiências que impactam diretamente na vivência de um indivíduo, medido por índices como prazer e felicidade. Já a teoria dos desejos refuta o requisito de experiências da teoria anterior, de modo que um monumento em homenagem ao ator preferido de uma pessoa a faça mais contente. Scanlon (2005) cita o exemplo do desejo de um indivíduo que é de o planeta Urânio ter seis luas. Quando a pessoa descobrir que tal desejo é verídico, sua qualidade de vida será aumentada, segundo essa teoria. Ela também vai de encontro à importância dada para a liberdade nas ideias de Amartya Sen, uma vez que a qualidade de vida, segundo essa teoria, pode ser ampliada com a liberdade, à medida que viabiliza a escolha de opções, podendo aproximar os indivíduos de seus desejos.

A teoria das “listas objetivas”, originalmente formulada por Parfit³¹ (1984, citado por SCANLON, 2005) é renomeada por Scanlon (2005) para “teoria dos bens reais”. Ela é baseada nas reivindicações reais de quais bens, condições e oportunidades fazem a vida melhor, de forma a ignorar as diferenças individuais, assumindo assim que os mesmos bens devem satisfazer todos. Dessa forma, as duas primeiras teorias são subjetivas e a última objetiva. Entretanto, Scanlon (2005) considera a última demasiada rígida e a segunda muito ampla, restringindo suas críticas à primeira, deixando entender que o autor prefira a teoria hedonista por sua capacidade de descrever uma série de coisas que possam melhorar a vida dos indivíduos, além de justificar essas escolhas com base na felicidade ou prazer que elas geram.

Scanlon (2005) critica a teoria dos desejos ao utilizar o exemplo de Brandt³² (1979, citado por SCANLON, 2005) para ilustrar que desejos passados não necessariamente aumentam a qualidade de vida presente ou levam a ações presentes. Seu exemplo é o de uma criança que sonha em passar seu aniversário de 15 anos em um parque de diversões, mas ao chegar próximo dessa data, percebe que não sente mais interesse por parques de diversões e prefere outras atividades para seu aniversário.

³¹ PARFIT, D. **Reasons and Persons**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

³² BRANDT, R. **A Theory of the Good and the Right**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

Já para Stoll *et al.* (2012) a felicidade segue um padrão em todos os indivíduos, tendo o formato de U, onde inicialmente a felicidade se reduz até chegar em seu mínimo, entre as idades de 35 e 50 anos, onde volta a subir. Entretanto, de acordo com Helliwell *et al.* (2012) a felicidade atinge seu máximo entre os 70 e 80 anos, voltando a cair devido à elevação dos problemas de saúde. Essas duas teorias não invalidam, necessariamente, a mensuração da felicidade, pois não assumem que a felicidade seja dependente exclusivamente da idade.

Já Frey *et al.* (2009) sugerem outros métodos de avaliação da felicidade: perguntar aos agentes sobre seu nível de satisfação global, sendo esse método o mais utilizado devido seu elevado custo-benefício; coletar informações no momento e local de alguma experiência (esse é um método mais custoso e por isso nunca foi aplicado em grande escala); método de reconstrução de um dia (parecido com a teoria do afeto, consiste na reconstrução, pelos agentes de um dia, reportando seus sentimentos negativos e positivos); e escaneamento cerebral, onde cientistas analisam os impulsos eletromagnéticos de certas regiões do cérebro que indicam que a pessoa é mais ou menos feliz. Entretanto, esse método corre o risco de ser muito subjetivo devido à qualidade das definições de felicidade e bem estar nas quais as análises são calibradas.

Diener *et al.* (2004) sugerem uma mensuração do bem estar social bem abrangente e completa para complementar os índices econômicos. O conteúdo do índice de satisfação de vida para Diener (2004) engloba: condições de trabalho; saúde mental e física; relações sociais; engajamento social; confiança em desconhecidos e amigos; e nível de ansiedade.

Segundo Helliwell *et al.* (2012) existem dois tipos de felicidades mensuráveis: a felicidade afetiva (*affective happiness*) e a felicidade avaliativa (*evaluative happiness*). A primeira se refere aos baixos e altos da felicidade durante o dia a dia, e a última se refere à avaliação geral e ampla da felicidade de uma pessoa. A maioria das pesquisas valoriza mais a segunda felicidade, que é mais estável e consistente, além de retratar melhor a satisfação com a sociedade, o governo e a vida, ao contrário da primeira, que valoriza mais efeitos recentes como relacionamentos amorosos, amizades, trabalho etc.

Ainda de acordo com Helliwell *et al.* (2012), a felicidade pode ser capturada por meio de três óticas: a da emoção corrente, com a pergunta “Quão feliz você está agora?”; a da emoção passada, por meio da pergunta “Quão feliz você estava ontem?” ; e a da avaliação da vida como um todo, questionando “Quão feliz você é com sua vida, em geral?”. Mas a melhor mensuração é a da satisfação de vida “quão satisfeito você está com sua vida?”, que, segundo o autor, fornece as respostas mais concretas da qualidade de vida.

Essa seção traz muitos aspectos psicológicos relacionados aos métodos de mensuração da felicidade, aos métodos de pesquisa, entre outros. Isso é natural, pois a economia da felicidade combina os fatores econômicos com os psicológicos, segundo (GRAHAM³³, 2009, p.6 como citado por THOR, 2010) a economia da felicidade (*happiness economics*) é: “an approach to assessing welfare which combines the techniques typically used by economists with those more commonly used by psychologists”.

GRAHAM (2008, p. 825) encontra uma equação “geral” da felicidade, isto é, uma equação comumente usada pelos economistas para defini-la:

$$W_{it} = x + \beta x_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde W_{it} é o bem estar do individuo i no tempo t , x é o vetor das possíveis variáveis, e ε_{it} captura os erros e omissões. Ainda que seja impossível determinar, com precisão, os efeitos de cada variável independente no bem estar, pesquisadores deram pesos relativos a cada um deles, podendo assim estimar quanto seria necessário, em renda, para contrabalancear o efeito negativo de algumas situações da vida como divórcio (U\$ 100.000) ou demissão (U\$60.000). (GRAHAM, 2008).

Para Helliwell *et al.* (2012) a felicidade é composta por fatores externos e internos. Os fatores externos são: a renda, o trabalho, a comunidade, os valores e a religião. Já os internos são: saúde mental, saúde física, qualidade do âmbito familiar,

³³ GRAHAM, C. **Happiness around the world: The Paradox of happy peasants and miserable millionaires**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

educação, idade e gênero sexual. Entre os componentes externos, Stoll *et al.* (2012) destaca o ambiente como um importante componente do bem estar. Por exemplo, indivíduos de classe média que moram em cidades bem conservadas e com boa infraestrutura, são mais contentes do que pessoas de classe alta morando em locais com elevada criminalidade e pouca infraestrutura.

De acordo com Corbi *et al.* (2004), a felicidade dos brasileiros está amplamente relacionada com as seguintes variáveis: Elevada renda; estar empregado; estar casado; e ser jovem ou idoso (o ponto de menor felicidade na vida dos brasileiros é, em média, durante os 53 anos de idade). A seguir será apresentada as definições de felicidade em outros países como a Suécia, o Reino Unido e o Butão.

O governo sueco define qualidade de vida como sendo: “O controle de um indivíduo sobre os recursos, na forma monetária, de posses, conhecimento, relações sociais, segurança, energia física e mental, entre outros, através dos quais o indivíduo pode controlar e conscientemente dirigir suas condições de vida” (Johansson, 1970 p.25 citado por ERIKSON, 2005, tradução nossa)³⁴. Para os suecos, a qualidade de vida foi mensurada por meio de diversas pesquisas com perguntas nas áreas de: saúde; emprego; recursos financeiros; educação; interações sociais; habitação; segurança; cultura e recreação; e recursos políticos, através dos 21 indicadores apresentados a seguir na (TABELA 1).

A visão sueca foca na capacidade de proveito, no meio e na condição pela qual os recursos são utilizados por um indivíduo para determinar o nível de seu bem estar, aliadas às condições essenciais de vida de cada um. Entretanto, o modelo sueco não se aplicaria tão bem em países em desenvolvimento, ou ainda em países com políticas sociais mais restritas como os Estados Unidos, uma vez que na Suécia, o governo preocupa-se em intervir para eliminar a pobreza, fornecer educação, saúde e moradia de qualidade para toda a população. Enquanto na maioria dos países do mundo, mesmo em alguns desenvolvidos, a pobreza existe e deve ser levada em conta, no modelo sueco, pobreza não é relevante, apenas a desigualdade. Portanto, o modelo sueco deveria sofrer grandes alterações para

³⁴JOHANSSON, S. **Om Levnadsnivaundersokningen**. Estocolmo: Allmanna Forlaget 1970

servir a países em desenvolvimento ou com uma cultura política mais liberal e menos social.

TABELA 1 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO GOVERNO SUECO

TÓPICOS	INDICADORES
Saúde	Habilidade de correr 100 metros
	Sintomas de doenças
	Contato com médicos
Emprego	Experiência com desemprego
	Demandas físicas do trabalho
	Possibilidade de deixar o trabalho durante o expediente
Recursos Financeiros	Renda e Patrimônio
	Bens e propriedades
	Habilidade de cobrir gastos de U\$1.000 em até uma semana
Educação	Anos de educação
	Nível educacional atingido
Interações Sociais	Estado civil
	Contato com familiares e amigos
Habitação	Número de pessoas por quarto
	Quantidade de cômodos
Segurança	Exposição à violência e ladrões
Cultura e Recreação	Atividades de lazer
	Viagens a lazer
Recursos Políticos	Comparecimento dos eleitores às urnas
	Associação em sindicatos, uniões ou partidos
	Capacidade de apresentar queixas ao governo

FONTE: (ERIKSON, 2005).

Allardt (2005) apresenta uma alternativa ao modelo sueco de pesquisa do bem estar, desenvolvido pela Universidade de Helsinki na Finlândia, na década de 1970. Ela consiste em avaliar o bem estar com base em recursos básicos do ser humano, que são materiais e não materiais. As palavras-chaves, que dão o nome ao método, são: Ter, Amar e Ser.

Ter se refere aos bens materiais necessários para a sobrevivência e a prevenção da miséria, como nutrição, saneamento, habitação, vestuário etc. Os indicadores para “ter” são: recursos econômicos; habitação; emprego; condições de trabalho; saúde; e educação. Amar faz referencia às necessidades sociais mensuradas através de: engajamento com a comunidade local; engajamento com familiares; características ativas de amizade; participação em associações; e relacionamento com colegas de trabalho. Enquanto “ser” é a necessidade de integração com a sociedade e viver em harmonia com a natureza. Seus indicadores são: até que ponto uma pessoa pode participar nas decisões e atividades que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades para atividades de lazer; oportunidades para um trabalho em linha com os valores pessoais; e oportunidades para aproveitar a natureza através de contemplação, caminhadas, jardinagem e pesca.

Segundo Allardt (2005) a mensuração puramente subjetiva (perguntar às pessoas como elas se sentem em relação a cada um dos indicadores) é extremamente “conservadora”, uma vez que a capacidade de julgamento de cada um de sua condição é muito variável. O oposto, mensurar apenas de forma objetiva (com padrões pré-definidos), ignora a opinião pública e se torna, portanto, falso ou incompleto. A correlação entre os resultados dos dois diferentes métodos, segundo Allardt (2005) é fraca. Para resolver esse problema, o modelo “Amar, Ter e Ser” adotou ambos os métodos ponderando seus índices de forma a dar metade de seu valor à análise pessoal e subjetiva de cada entrevistado, e a outra metade à análise objetiva e padronizada.

Já Brock (2005) apresenta formas de mensuração da qualidade de vida baseadas, quase que exclusivamente, na condição de saúde física e mental das pessoas. Entre os indicadores discorridos em seu artigo estão: qualidade e horas de

sono; qualidade e quantidade de comida; condição psicológica no trabalho; lazer; gordura corporal; qualidade e facilidade da interação social; comportamento emocional etc. Para o autor, a saúde é determinante da qualidade de vida de uma pessoa, uma vez que é necessário tê-la para realizar quaisquer sonhos ou desejos de um indivíduo.

A grande ênfase de Brock (2005) na importância da saúde como principal determinante da qualidade de vida chega ao ponto de substituir todas as demais determinantes, uma vez que doenças e tragédias podem impactar negativamente na vida de uma pessoa como nenhuma outra coisa. Apesar da indiscutível importância da saúde, as formas de mensuração nórdicas são mais completas por abrangerem mais áreas e, portanto, tão mais bem apropriadas para medir a satisfação da vida das pessoas. Nas palavras de (GRIFFIN, 2005, p.133) “seria errado... deixar a noção de saúde dilatar-se a ponto de englobar tudo que constitui qualidade de vida”.

Griffin (2005) chama a atenção para o erro de se mensurar a qualidade de vida baseando-se na satisfação de desejos, uma vez que os indivíduos podem, muitas vezes, desejar algo que os faça mal em um segundo momento. Como por exemplo, roubar, utilizar drogas, mentir e etc. Logo, as pessoas podem ter conseguido realizar seus desejos e ainda assim estarem piores do que anteriormente.

Uma simples e objetiva alternativa para a mensuração do bem estar através do crescimento econômico é descrita por Fields (1980) como o índice de bem estar Ahluwalia-Chenery. Esse é um índice que mensura o crescimento da renda de forma ponderada de acordo com os quintis, dando o peso de 0,2 para o crescimento na renda de cada quintil, de forma que um aumento de 10% na renda do quintil mais pobre se equivaleria, em termos da mensuração do bem estar, a um aumento de 20% na renda do quintil mais rico. Essa mensuração, apesar de alternativa, não mede o bem estar subjetivo, apenas pondera a renda com sua desigualdade.

A (TABELA 2) resume os principais índices de mensuração do bem estar subjetivo, sendo que três foram desenhados para um país em especial, o National Well-Being da ONS para o Reino Unido, o FIB (GNH) para o Butão e o Well-Being Index da Gallup para os Estados Unidos, apesar de ser aplicado em 140 países. Os índices do Eurobarometer e do World Survey são os mais simples e consistem

apenas em um ou dois indicadores. Apesar do Gallup contar com o maior número de indicadores, o índice mais abrangente é o de Butão, e o mais completo, o inglês. Nas tabelas 3, 4, 5 e 6 serão demonstradas todas as variáveis dos índices citados na (TABELA 2) que contém mais de três indicadores.

O modelo sueco não é representado na (TABELA 2), pois sua mensuração não é oficial nem regular, apenas no dia 5 de outubro de 2012 é que foi apresentada ao parlamento sueco a proposta que inclui a mensuração da felicidade nas contas nacionais. Ao exemplo da Inglaterra, a expectativa é que seja aprovada, visto que já houve um grande debate com o ministro de finanças do governo sueco sobre o projeto. Apesar de existirem diversos modelos de mensuração do bem estar (só da felicidade são centenas disponíveis no site *World Database of Happiness*³⁵) na (TABELA 2) serão apresentados apenas os mais citados na literatura da economia da felicidade.

TABELA 2 – PRINCIPAIS ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DO BEM ESTAR SUBJETIVO

ÍNDICE	AUTOR	PAÍSES	VARIÁVEIS	INDICADORES
Better Life Index	OECD	37	Comunidade, Educação, Emprego, Engajamento Cívico, Equilíbrio entre Trabalho e Lazer, Meio Ambiente, Moradia, Renda, Satisfação com a vida, Saúde e Segurança	24
Gross National Happiness	Center for Bhutan Studies	Butão	Bem estar psicológico, Saúde, Uso do tempo, Educação, Diversidade Cultural, Governança, Vitalidade da comunidade, Diversidade Ecológica e Padrão de vida	33
Happy Planet Index	NEF	151	Expectativa de vida, Bem estar e Pegada Ecológica	3
Life Satisfaction	Eurobarometer	33 países europeus	Satisfação com a vida	1

continua

³⁵World Database of Happiness. Disponível em: <<http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/index.html>>. Acesso: 25/10/2012.

TABELA 2 – PRINCIPAIS ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DO BEM ESTAR SUBJETIVO

ÍNDICE	AUTOR	PAÍSES	VARIÁVEIS	continuação e conclusão
				INDICADORES
Life Satisfaction; Happiness	World Survey	70	Sentimento de felicidade e Satisfação com a vida	2
National Well- Being	ONS	Reino Unido	Bem estar individual, Comunidade, Economia, Educação, Emprego, Finanças Pessoais, Governança, Meio Ambiente, Relacionamentos e Saúde	37
Well- Being Index	Gallup/ Healthways	140	Saúde emocional, Saúde física, Comportamento saudável, Ambiente de Trabalho e Acesso Básico	41

FONTES: (ABDALLAH *et al.*, 2012; BEAUMONT, 2012; EUROBAROMETER, 2012; HELLIWELL *et al.*, 2012; METHODOLOGY, 2008; OECD, 2012a; WORLD, 2008).

Grande parte dos índices existentes serviu como base para a formulação do índice apresentado a seguir, desenvolvido pela Organização para Cooperação econômica e desenvolvimento, OECD (*The organization for Economic Co-operation and development*, OECD) para expandir o desenvolvimento da mensuração do bem estar subjetivo pelo mundo afora.

A OECD se preocupa em criar uma maneira padrão de mensuração do bem estar, para que os países possam comparar seus níveis de sucesso na evolução do bem estar subjetivo. Para tal, criou uma coordenação entre as diferentes agências dos países que estão desenvolvendo métodos de mensuração e a partir dela criou em 2012, o Índice da vida melhor (*Better Life Index*).

O índice proposto pela OECD é composto de onze tópicos e 24 indicadores, detalhados na (TABELA 3). Esse índice não faz a ponderação entre os tópicos com o intuito de deixar uma margem de independência para que cada país o faça, ou seja, cada nação terá preferências culturais diferentes em relação à felicidade e o bem estar, de modo que cada uma molde a fórmula de acordo com sua necessidade. (OECD Better Life Index, 2012a).

TABELA 3 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA OECD

TÓPICOS	INDICADORES
Moradia	Quartos por pessoa Gastos com moradia Habitações com saneamento básico
Renda	Rendimento disponível das famílias Patrimônio financeiro das famílias
Emprego	Taxa de emprego Taxa de desemprego a longo prazo Salário anual Estabilidade de emprego
Comunidade	Qualidade do suporte social
Educação	Adultos com ensino médio completo Anos de educação formal Habilidade dos alunos com matemática, ciências e interpretação de texto
Meio Ambiente	Poluição do ar Qualidade da água
Engajamento Cívico	Comparecimento dos eleitores nas urnas Consulta na criação de leis
Saúde	Expectativa de vida Auto avaliação do estado de saúde
Satisfação com a vida	Satisfação com a vida
Segurança	Taxa de homicídios Taxa de assaltos
Equilíbrio entre Trabalho e Lazer	Trabalhadores que geralmente fazem horas extras Tempo dedicado ao lazer e cuidados pessoais

FONTE: OECD (2012a).

O FIB, felicidade interna bruta (*Gross National Happiness*) é o índice oficial do Butão, criado em 1972 quando seu sultão decidiu que ele seria mais importante que o PIB. Ele é composto por nove domínios, cada um com, em média, quatro indicadores como demonstrado na (TABELA 4). Esses domínios são utilizados para formar o FIB através do método Alkire - Foster³⁶ (2011, citado por HELLIWELL *et al.*, 2012). Existem 124 condições divididas nos domínios citados. Se o indivíduo possui “suficiência” na maioria das condições de cada domínio, ele é considerado feliz naquele domínio e, se consegue ser considerado feliz em pelo menos 4 dos 6 domínios, então é avaliado feliz com sua vida. Todos os nove domínios têm igual peso na formação do índice da felicidade interna bruta. (HELLIWELL *et al.*, 2012).

Entre os diversos indicadores que formam o FIB, alguns merecem explicação. São eles: conhecimento (que se refere a conhecimentos, desde literatura à transmissão do HIV); valores (em relação aos ensinamentos budistas); língua (que é a fluência na língua oficial); vida selvagem (que se aplica apenas aos fazendeiros e sua “suficiência” é dada pela não existência de vida selvagem nas plantações, uma vez que a mesma é grande devastadora das plantações); uso urbano (contrapõe o anterior, sendo consideradas “suficientes” as pessoas que consideram o crescimento urbano sustentável); quantidade dos bens (que se refere a qualquer bem desde rádio, televisor, estoque de alimentos etc.); e etiqueta ou *Driglam Namzha* (que é um conjunto de normas de conduta e vestimenta para ocasiões sociais). Ele impacta positivamente no FIB quando as pessoas consideram-no importante. (HELLIWELL *et al.*, 2012).

TABELA 4 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO FIB

TÓPICOS	INDICADORES
Bem estar psicológico	Satisfação com a vida
	Emoções Positivas
	Emoções Negativas
	Espiritualidade
continua	

³⁶ ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. *Journal of Public Economics*, n. 95, p. 476-487, 2011.

TABELA 4 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO FIB

continuação e conclusão

TÓPICOS	INDICADORES
Saúde	Autoavaliação do estado de saúde Dias não doente Existência de doença crônica ou deficiência Evidência de doença ou distúrbios mentais
Uso do Tempo	Horas de trabalho por dia Horas de sono por dia
Educação	Analfabetismo Qualificação educacional Conhecimentos Valores pessoais
Diversidade e Resiliência Cultural	Língua Habilidades artesanais Participação sociocultural Etiqueta (Driglam Namzha)
Governança	Participação política Liberdade política Qualidade dos serviços públicos Desempenho do governo
Vitalidade da Comunidade	Suporte social (voluntariado) Sensação de pertencer à comunidade local Satisfação com a relação familiar Vítimas de crimes
Diversidade e Resiliência Ecológica	Poluição Responsabilidade ambiental Vida selvagem Uso urbano
Padrão de Vida	Renda familiar Quantidade de bens Qualidade da moradia

FONTE: HELLIWELL *et al.* (2012).

Outro índice bastante comentado é o HPI (*Happy Planet Index*) feito pela NEF (*The New Economics Foundation*). O Índice do planeta feliz é formado por apenas três indicadores: expectativa de vida; bem estar; e pegada ecológica. A expectativa de vida é fornecida pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento³⁷, o bem estar é fornecido pelo Gallup e a pegada ecológica é fornecida pela WWF³⁸. O índice multiplica o bem estar pela expectativa de vida e divide pela pegada ecológica. (ABDALLAH *et al.*, 2012).

O Reino Unido também está estabelecendo uma mensuração do bem estar para que o progresso do país não seja capturado unicamente pelo PIB. O órgão público inglês *United Kingdom Office for National Statistics* criou em julho de 2012 uma medida que mensura a qualidade de vida, a felicidade e a sustentabilidade para auxiliar nos objetivos das políticas públicas inglesas. (HELLIWELL *et al.*, 2012; BEAUMONT, 2012).

O índice inglês aborda 10 tópicos, cada um com três ou mais indicadores, de acordo com a (TABELA 5). O índice é composto pela porcentagem de pessoas que dão respostas boas. Por exemplo, são adicionadas ao índice as respostas daqueles que se consideram muito ou razoavelmente satisfeitos com sua vida. Alguns indicadores, como os do tópico da educação, são obtidos com órgãos do governo inglês e não através de pesquisas com a população diretamente. O valor do capital humano, por exemplo, é calculado pelo ministério do trabalho junto às empresas.

TABELA 5 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA ONS

TÓPICOS	INDICADORES
Bem estar individual	Satisfação com a vida
	Qual o valor das coisas feitas por você
	Felicidade no dia de ontem
	Ansiedade no dia de ontem

continua

³⁷ United Nations Development Program. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/>. Acesso: 26/10/2012.

³⁸ World Wide Fund for Nature < <http://www.wwf.org/>>. Acesso: 26/10/2012.

TABELA 5 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA ONS

continuação	
TÓPICOS	INDICADORES
Relacionamentos	Satisfação com a vida familiar Satisfação com a vida social Existência de ao menos uma pessoa para contar nos momentos difíceis
Saúde	Expectativa de vida Existência de doença crônica ou deficiência Satisfação com sua saúde Evidência de doença ou distúrbios mentais
Emprego	Taxa de desemprego Satisfação com o emprego Satisfação com a quantidade de tempo de lazer Porcentagem que fez voluntariado nos últimos 12 meses
Comunidade	Crimes a cada mil Percepção de segurança para caminhar sozinho durante a noite Porcentagem que frequenta áreas verdes pelo menos uma vez por semana Sensação de pertencer à comunidade local
Finanças pessoais	Percentual que gasta menos de 60% da renda com habitação Patrimônio total familiar Satisfação com sua renda Percentual com problemas financeiros
Educação	Valor do capital Humano Porcentagem com bom desempenho escolar Porcentagem de residentes no RU entre 16 e 64 anos sem qualificação
Economia	Renda per capita real Renda nacional líquida do Reino Unido Dívida nacional líquida/PIB Inflação dos índices de preço ao consumidor
Governança	Comparecimento dos eleitores às urnas Confiança no parlamento Confiança no governo nacional

continua

TABELA 5 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELA ONS

continuação e conclusão	
TÓPICOS	INDICADORES
Meio ambiente	Emissão total de gases estufa
	Poluição do ar
	Extensão das áreas protegidas
	Quantidade de energia renovável consumida

FONTE: BEAUMONT (2012).

O Gallup é um renomado instituto de pesquisa norte-americano que também tem o seu índice de bem estar subjetivo, composto por 5 domínios e 41 indicadores, como descrito na (TABELA 6). Ele é o mais utilizado dentre os métodos aqui citados pois ele é aplicado a mais de 100 países todos os anos com o intuito de servir de base para decisões empresariais, mostrando a importância da mensuração da felicidade, não apenas para os governos mas também para o setor privado. Esse índice é formulado a partir de questionários sobre o dia anterior à pesquisa. (METHODOLOGY, 2008).

TABELA 6 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO GALLUP

TÓPICOS	INDICADORES
Saúde Emocional	Você sorriu ontem?
	Você aprendeu algo interessante ontem?
	Você foi tratado com respeito ontem?
	Você se divertiu ontem?
	Você esteve feliz ontem?
	Você se preocupou ontem?
	Você esteve triste ontem?
	Você se estressou ontem?
	Você esteve bravo ontem?
	Você sentiu raiva ontem?
	Já foi diagnosticado com depressão?

continua

TABELA 6 – MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA PELO GALLUP

continuação e conclusão	
TÓPICOS	INDICADORES
Saúde Física	Dias doente no último mês
	Quantidade de doenças
	Problemas de saúde que afetaram a realização das atividades cotidianas
	Obesidade
	Qualidade do sono
	Energia durante o dia
	Dias gripado
Comportamento Saudável	Dias resfriado
	Dias com dor de cabeça
	Você é fumante?
	Você comeu bem ontem?
Ambiente de Trabalho	Consumo semanal de frutas e vegetais
	Frequência de exercícios físicos
	Satisfação com o emprego
	Utiliza suas melhores qualidades no emprego?
Acesso Básico	Seu superior o trata mais como chefe ou como parceiro?
	Seu superior cria um ambiente de confiança?
	Satisfação com a comunidade
	Seu local de residência está melhorando?
	Qualidade da água
	Infraestrutura médica
	Local seguro para exercitar
	Frutas e verduras acessíveis
	Segurança ao caminhar sozinho à noite
	Dinheiro suficiente para comida
	Dinheiro suficiente para moradia
	Dinheiro suficiente para saúde
	Visita ao dentista
	Tem um médico de família
	Tem plano de saúde

FONTE: (METHODOLOGY, 2008).

Segundo Dasgupta (2001, p. 146), investimento em bens de capital, capital humano, meio ambiente e P&D (pesquisa e desenvolvimento) formam a base do capital de uma nação. O autor sugere uma forma de mensuração do bem estar ao longo do tempo ao somar a produção de bens e serviços com o capital humano, capital natural e o conhecimento acumulado, ilustrado a seguir:

$$W_t = \sum_i (p_{it} + K_{it}) + \sum_j (h_{jt} + H_{jt}) + \sum_k (r_{kt} + S_{kt}) + \sum_m (q_{mt} + Z_{mt})$$

Sendo: W_t = Bem estar no tempo t ; K_{it} = quantidade do enésimo bem i manufaturado; H_{jt} = quantidade da enésima j forma de capital humano; S_{kt} = quantidade do enésimo k de capital natural (meio ambiente) e; Z_{mt} = estoque do enésimo m tipo de conhecimento. p_{it} , h_{jt} , r_{kt} e q_{mt} são os respectivos preços contábeis.

Para Dasgupta (2001, p. 147), um país somente terá aumentos no bem estar se seu “investimento genuíno” em capital for positivo. Ele define investimento genuíno no tempo t como sendo:

$$I_t = \sum_i (p_{it} dK_{it}/dt) + \sum_j (h_{jt} dH_{jt}/dt) + \sum_k (r_{kt} dS_{kt}/dt) + \sum_m (q_{mt} dZ_{mt}/dt)$$

Sendo que os termos podem se compensar entre si. Por exemplo, o aumento de conhecimento de forma gratuita pode contrapor uma queda na produção de bens e serviços e manter o bem estar estável.

Para Seabright (2005) o padrão de vida varia de acordo com a capacidade de controle de um indivíduo sobre seus bens. Se dois indivíduos detêm o controle de uma mesma cesta de bens, só terão padrões de vida diferentes se um deles tiver algo (um caso) que diminua o quanto ele poderia aproveitar de sua renda e seja tão importante e tangível a ponto de poder se transformar em uma cláusula de um contrato. A grande diferença dessa teoria para as de Sen é que para Seabright (2005), apenas aquilo que poderia se transformar em cláusulas contratuais deveria

ser levado em consideração. Ele dá exemplos do que não se pode transformar em cláusulas: amor eterno, amizade eterna, seguro contra desigualdade social etc. Entretanto, segundo Seabright (2005) muitas coisas que estão fora do mercado podem ser objetos contratuais, como a liberdade de expressão, as tarefas domésticas que as donas de casa realizam diariamente e assim por diante. Esses elementos devem ser levados em consideração, aumentando ou diminuindo a qualidade de vida de indivíduos com a mesma renda.

Seabright (2005) ainda diz que seria muito difícil encontrar um padrão mundial de mensuração da qualidade de vida, uma vez que cada comunidade tem sua cultura e cada cultura valoriza diferentes objetos, de modo que os contratos sociais serão diferentes em cada localidade. Se os contratos sociais serão diferentes, os elementos que serão considerados contratuais irão divergir, modificando a definição da qualidade de vida. Seabright (2005) conclui que o governo será mais eficaz ao adotar políticas em populações homogêneas, onde os contratos sociais serão facilmente acordados e as metas a serem atingidas para melhorar o padrão de vida local serão facilmente identificadas. Em uma sociedade heterogênea será difícil encontrar uma definição de qualidade de vida aceita por todos, reduzindo a eficácia das políticas públicas.

Parfit (2005) critica a visão imparcial de Seabright (2005) de que uma pessoa com deficiência (que é passível de contrato) teria uma qualidade de vida menor do que uma com plenas funções, apesar de igual renda. Sen (2005) e Frey (2007) também discordam ao citarem, respectivamente, exemplos de deficientes que são mais felizes que os demais, com uma mesma renda, e indivíduos que após uma tragédia ficam com incapacidades moderadas para sempre, mas recuperam seu nível de felicidade anterior em um ou dois anos. Sen (2005) também critica a visão clássica do bem estar ao exemplificar o caso no qual um indivíduo extremamente rico esteja com uma doença sem cura, que o impossibilita de aproveitar sua riqueza. Esse indivíduo, provavelmente, terá uma qualidade de vida muito inferior a uma pessoa pobre, mas completamente sadia.

Segundo Helliwell *et al.* (2012), cada país deverá escolher o seu método de mensuração da felicidade e do bem estar, mas a mensuração deve ser profunda o suficiente para medir as diferenças entre cada região, grupo étnico e social. A

mensuração também deve ser realizada por diferentes órgãos como escolas, hospitais entre outros para enriquecer os resultados. Segundo Gillis *et al.* (1992), uma mensuração universalmente aceita dos impactos do crescimento econômico no bem estar não foi, e nunca será encontrada, pois a avaliação dos mesmos depende da importância que cada avaliador dá a cada aspecto da qualidade de vida.

4.2 DISCUSSÃO E DADOS SOBRE A ECONOMIA DA FELICIDADE

Essa seção irá apresentar mais algumas defesas à economia da felicidade baseadas em análises empíricas e em seguida tratará das críticas à economia da felicidade.

Diener *et al.* (2004) utiliza fortes argumentos para a urgência das políticas de qualidade de vida subjetiva, em contraponto com políticas de aumento da renda. Entre elas, o fato de que os casos de depressão aumentaram 10 vezes entre os anos 1950 e 2000, além disso, o nível médio de ansiedade das crianças na década de 80 era igual ao nível que na década de 50 se considerava passível de tratamento psiquiátrico³⁹. Uma relação interessante mostrada por Diener *et al.* (2004) é a de que a felicidade gera maior renda. A felicidade no início da carreira (na entrada da faculdade, por exemplo) é positivamente relacionada com a renda auferida posteriormente (aos 37 anos de idade no exemplo).

Thor (2010) mostra os dados de uma pesquisa da GSS⁴⁰ que evidencia o fato de que durante a década de 70, em torno de 36% dos americanos se diziam muito felizes, já nos últimos anos da pesquisa (2000-2006) aproximadamente 31% dos pesquisados se diziam muitos felizes, apesar do crescimento de, aproximadamente 100% da renda per capita norte-americana entre o início da década de 70 e 2006. Essa questão é bem elucidada no (GRÁFICO 12) abaixo. Johns *et al.* (2007) encontra resultados semelhantes e chama a atenção para a não relação entre os índices de felicidade e o aumento da criminalidade e da expectativa

³⁹TWENGE, J.M. The age of anxiety? The birth cohort change in anxiety and neuroticism, 1952-1993. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.79, p. 1007-1021, 2000.

⁴⁰General Social Survey 1972-2006.National Opinion Research Center, 2008.

de vida nos Estados Unidos entre os anos 1970 e 2000, dois fatores geralmente associados à felicidade.

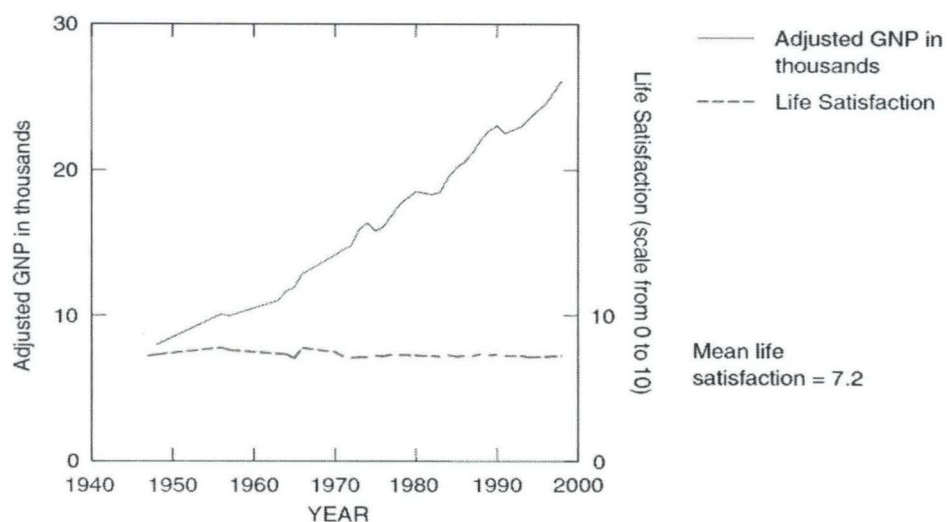


GRÁFICO 12 – PIB NORTE-AMERICANO X SATISFAÇÃO DE VIDA DOS NORTE-AMERICANOS ENTRE 1940 E 2000

FONTE: (DIENER *et al.*, 2004, p. 3).

Entretanto, através de regressões, Helliwell *et al.* (2012) advoga que o efeito da renda explica 65% da satisfação de vida entre países em uma análise ordinal. Isso reforça a tese de que um determinado nível de renda é necessário para que as necessidades básicas sejam supridas, e a partir daí inicie a busca do aumento da felicidade. Entretanto, quando são adicionadas ao modelo, as variáveis: liberdade; saúde; educação; suporte social; corrupção; e família, a relevância da renda cai mais da metade. Vale observar que os itens acima mencionados devem ter elevada correlação com a renda.

Diener *et al.* (2004) sugere que a renda per capita não apenas não aumenta a felicidade, como, a partir de um determinado ponto, possa produzir infelicidade. Para o autor, deve haver um ponto ótimo de renda para a maioria das pessoas, e cita várias razões pelas quais pessoas muito ricas começam a ter diminuições em seus níveis de felicidade como: perda de empatia; perda de motivação; problemas

nas relações sociais; aumento da competição interpessoal; e etc. Frey *et al.*⁴¹ (2002, citado por DIENER *et al.*, 2004) concorda com essa idéia de nível ótimo de renda per capita para os países que ao ser ultrapassado, qualquer incremento da renda terá impactos nulos na qualidade de vida. Para ele esse valor é de US\$ 10.000 (em valores do ano 2002), entretanto, os gráficos 11, 12 e 13 mostram que, em geral, os países com renda superior a isso, continuam tendo felicidade mais elevada.

Entre 1900 e 1960 o crescimento do PIB per capita da Inglaterra e do País de Gales foi inversamente proporcional à sua expansão da expectativa de vida. Os maiores crescimentos em longevidade se deram, curiosamente, nos períodos de guerra e logo após ela (1911-21 e 1940-51). Nesse período o nível total de alimentos diminuiu, mas a subnutrição foi bastante diminuída. Isso ocorreu devido à distribuição pública mais efetiva de alimentos e aumento de ações cooperativas entre a população. Isso mostra que a cidadania e os valores sociais são tão importantes quanto a ação governamental e, além disso, que as variáveis econômicas mais utilizadas para descrever o progresso podem não estar relacionadas ao aumento da qualidade de vida. (SEN, 2007).

É visível no (GRÁFICO 13) e no (GRÁFICO 14) que após um determinado nível de renda, (aproximadamente US\$5.000), a relação entre satisfação de vida e renda per capita torna-se cada vez mais fraca. A relação entre as variáveis após US\$ 30.000 é praticamente nula. Venezuela e Costa Rica, por exemplo, têm níveis de satisfação superiores a países com 3 ou 4 vezes sua renda per capita, como o Japão e os Estados Unidos.

⁴¹FREY, B.S.; STUTZER, A. **Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

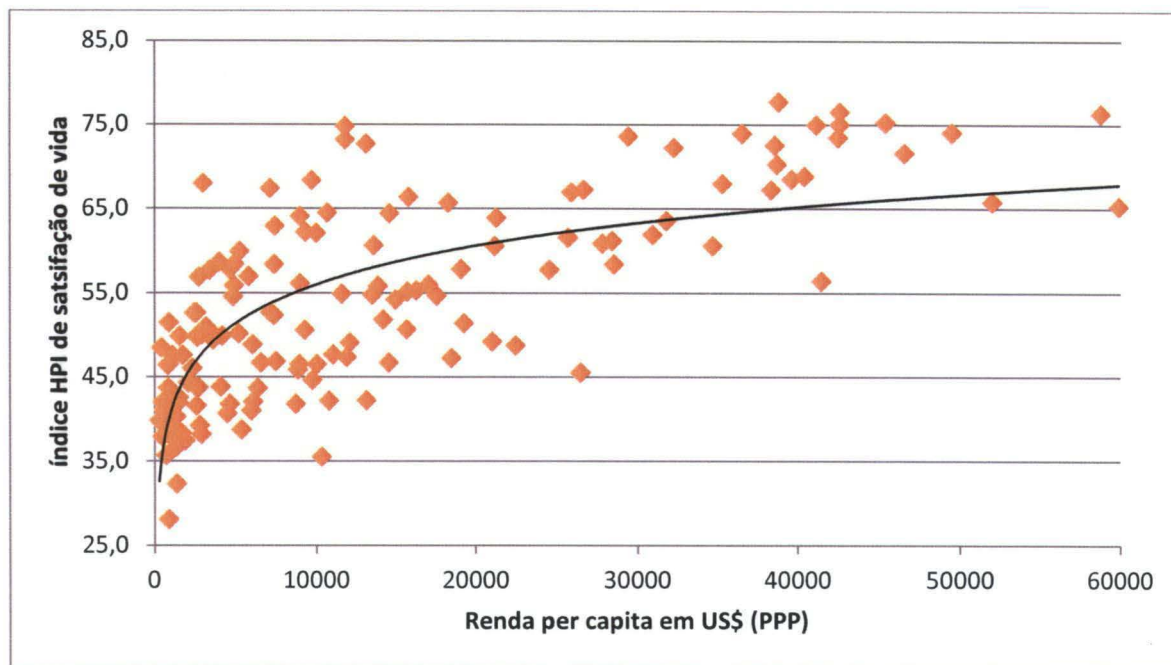


GRÁFICO 13 – SATISFAÇÃO DE VIDA E RENDA PERCAPITA NO MUNDO EM 2010

FONTE: Felicidade (Abdallah, 2012); Renda per Capita (HESTON, 2012).

Elaboração Própria.

Os estudos de Graham (2009) apontam para o fato de que o quintil mais pobre em Honduras é mais feliz que o equivalente no Chile, apesar do quintil mais pobre chileno ter renda duas vezes superior. Isso se dá devido à desigualdade, que é superior no Chile, mostrando que nesses países a renda relativa é mais importante que a renda absoluta. Essa evidência mostra que a igualdade de renda é mais importante na felicidade que a renda em si, mesmo em países em desenvolvimento, onde nem toda a população tem suas necessidades básicas supridas. Assim, a felicidade gerada pela renda relativa (e pelo consumo relativo) torna-se menos importante. Outra evidência é a de que os países mais felizes do mundo são os nórdicos, que não, necessariamente, são os de maior renda per capita, mas sim, os mais igualitários e com maior capital social, conforme demonstrado na (TABELA 7). Nessa tabela, percebe-se que os dois países mais felizes do mundo não estão tão perto de serem os mais ricos segundo a renda per capita, evidenciando que a renda elevada não é suficiente para gerar felicidade, tem-se grande destaque para a Costa Rica e para o Panamá.

TABELA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MAIS FELIZES DO MUNDO EM RELAÇÃO A IGUALDADE, CAPITAL SOCIAL E RENDA PER CAPITA

PAÍS	POSIÇÃO EM RELAÇÃO À FELICIDADE	POSIÇÃO EM RELAÇÃO À IGUALDADE	POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL	POSIÇÃO EM RELAÇÃO À RENDA PER CAPITA
Dinamarca	1º	4º	2º	20º
Finlândia	2º	11º	6º	21º
Noruega	3º	5º	1º	4º
Suécia	4º	1º	7º	13º
Holanda	5º	25º	--	10º
Costa Rica	6º	114º	--	75º
Panamá	7º	119º	--	67º

FONTE: Felicidade (GALLUP, 2010); Igualdade (CIA, 2012); Capital Social (RIDGE, 2009); Renda per capita (INTERNATIONAL, 2012).

Elaboração própria.

Em 1974, Richard Easterlin escreveu um artigo muito comentado na área até hoje: ele encontrou o “paradoxo de Easterlin”, que é composto por três elementos: dentro de uma sociedade e em um determinado momento, os ricos são mais felizes que os pobres; países ricos não são, necessariamente, mais felizes que os pobres (após necessidades básicas satisfeitas); e o aumento de renda e da riqueza nas sociedades já ricas, ao longo do tempo, não aumenta a felicidade. Logo, a felicidade é positivamente relacionada com riqueza dentro dos países, mas o estudo entre países ao longo do tempo mostra pouca ou nenhuma relação entre renda e felicidade. Isso sugere que muitos outros fatores, além da renda, contam para a determinação da felicidade. Uma interpretação comum ao paradoxo é de que as aspirações crescem com a renda, de modo que após a satisfação das necessidades básicas a renda relativa, e não a absoluta, são determinantes da felicidade. (EASTERLIN, 1974; GRAHAM, 2008; HELLIWELL *et al.*, 2012).

Entretanto, segundo Thor (2010), diversos autores⁴² encontraram dados que refutam o paradoxo de Easterlin. A discussão vai então para o campo da prospecção e tratamento de dados, área de grande discussão entre os economistas.

Enquanto muitos economistas sugerem o avanço da economia da felicidade, convocando os governos a adicionarem a felicidade em suas contas nacionais, a exemplo de Butão, outros discordam. A divergência vem do fato de que nem sempre a felicidade mostra a direção correta para políticas públicas. Graham

⁴² Entre eles WOLFERS, J.; STEVENSON, B. Economic Growth and subjective well-being: Reassessing the Easterlin Paradox. **Brooking Papers on Economic Activity**, n. 1, p. 1-87, 2008.

(2008) cita o exemplo da Rússia durante a crise dos anos 1990. Nesse momento, as pessoas em regiões com maiores níveis de desemprego estavam mais felizes do que nas regiões com mais emprego. Isso ocorreu porque tanto os empregados como os desempregados se sentiam melhor quando a maioria de seus colegas também estava desempregada. Essa situação poderia apontar para uma errônea política de aumento de desemprego. Entretanto, Helliwell *et al.* (2012) discordam dessa afirmação. Segundo ele, o aumento da taxa de desemprego tem efeito duas vezes pior nos empregados do que nos desempregados, pois aumenta a pressão e o medo de ser demitido. Isso explica porque as regiões com desemprego mais elevado eram mais felizes. Eles eram na verdade menos infelizes, pois os “poucos” empregados temiam tanto o desemprego, que acabavam ficando mais infelizes que os próprios desempregados.

É importante, também, citar que o emprego não é o fator mais importante da felicidade. Segundo Sen (2005), a liberdade tem peso maior do que o emprego, e justifica sua afirmação com o fato da população da ex-União Soviética ser, em geral, mais feliz hoje do que no período soviético, onde havia emprego para toda a população, mas com ampla carência de liberdades, devido ao regime totalitário soviético.

Como crises e dificuldades são inerentes à existência humana, um estado de felicidade suprema dificilmente será atingido por toda a população, e, se for, o será por um tempo bem limitado. Como disse Freud (1989), as frustrações, os conflitos e as tensões são inevitáveis aos seres humanos. Huxley (1932) sugere uma sociedade de felicidade máxima, mas nesse caso foram eliminados todos os causadores de infelicidade, e com isso grande parte dos sentimentos, além das artes e das inovações. Como disse Wilson (2008), a busca por extrema e ampla felicidade pode gerar a inibição da criação artística, das músicas, da literatura e da inovação, como demonstrado no Admirável Mundo Novo de Huxley (1932).

A maximização da felicidade torna-se, então, indesejável, não apenas porque sua maximização exigiria a ausência de sentimentos e a renúncia a grande parte do conhecimento, da história e das artes, mas também, porque a insatisfação, logo a infelicidade, é o cerne do capitalismo. Após o ponto em que um ser humano tem todas as suas necessidades básicas supridas, certo nível de insatisfação

garante o constante desejo de consumo e com ele, o desenvolvimento econômico, tecnológico e a evolução da humanidade.

Frey *et al.* (2007) utilizam a expressão *aspiration treadmill* para definir a adaptabilidade da felicidade humana aos eventos da vida. Tanto no caso de uma tragédia, como já citado, ou no caso de uma fortuna, o nível de felicidade volta a um “padrão” depois de certo período. Assim também é com a renda, conforme ela aumenta, a felicidade aumenta inicialmente e depois volta ao padrão. O autor advoga, portanto, que a felicidade é estável, como na teoria do *set point*, apresentada na subseção 4.1.

Easterlin (1974) tem um pensamento semelhante, pois para o autor a sociedade afluenta⁴³ nunca será atingida devido à felicidade relativa, ao *aspiration treadmill*, e cita previsões de políticos do século XIX de que em até 50 anos (meados do ano 1900) as máquinas substituiriam todo o esforço e a necessidade de trabalho humano, liberando as pessoas para se preocuparem apenas em ampliarem conhecimentos, amar e serem felizes. Ele termina seu artigo afirmando:

Is there any reason to suppose that present generation has reached a unique culminating stage of his evolution, and the next will not have its own catalog of wonders, which, if only attained, would make it happy? An antimaterialistic cultural revolution may be in the making, but it seems dubious that a major cause is an unprecedented affluence which American society has recently attained... economic growth does not raise a society to some ultimate state of plenty. Rather, the growth process itself engenders ever-growing wants that lead it ever onward. (EASTERLIN, 1974, p.121).

Entretanto, Helliwell *et al.* (2012) discordam da tese do *aspiration treadmill*, afirmando que não há evidências empíricas que comprovem a adaptação das pessoas com relação à sua renda. O que há é a importância da renda relativa e não da absoluta. Ainda contra a maioria da literatura, o autor alega que a renda relativa, ou seja, a comparação da renda de um indivíduo com os do seu meio social, não é sempre negativa, ela funciona como uma luz no fim do túnel, isto é, a renda mais elevada de seus conhecidos mostra aonde ele pode chegar ao invés de aonde ele precisa estar. Helliwell *et al.* (2012) chamam esse efeito de “*tunnel effect*”. O oposto

⁴³ Como definida na seção 2.3

do efeito geralmente citado pela literatura como “*external norm effect*”, é aquele que faz a pessoa se sentir mal cada vez que um conhecido tem um aumento na renda maior que o dela. O autor afirma que o primeiro efeito é mais forte que o segundo, de modo que a renda relativa não seja um problema para as políticas públicas de desigualdade, como amplamente indicado pela literatura. Para justificar isso, Helliwell *et al.* (2012) utiliza um teste de laboratório que mede o nível de oxigenação do cérebro dos participantes em diferentes ocasiões e encontrou que o “*external norm effect*” tem 2/3 do efeito do “*tunnel effect*”.

Alguns estudiosos, entre economistas e psicólogos, defendem que a felicidade é determinada geneticamente no momento de nascença e permanece mais ou menos estável ao longo de toda a vida, independentemente dos eventos. Para comprovar isso, alguns psicólogos, como Archontaki *et al.* (2012) realizam testes com gêmeos idênticos e concluem que pelo menos 50% da felicidade é predefinida geneticamente. Contudo, Inglehart *et al.* (2008) refuta a ideia de que a felicidade é geneticamente determinada, afirmando que os indivíduos não estão presos a um ponto de felicidade, quão menos as nações. Como já visto, a felicidade está correlacionada com a liberdade, e essa vem aumentando nos últimos anos, com a expansão da democracia. A democracia gera mais igualdade entre gêneros, aceitação de minorias como homossexuais, imigrantes, membros de etnias ou religiões minoritárias etc. O aumento da tolerância aumenta a felicidade de todos, por aumentar a liberdade de expressão. Esses avanços causaram o aumento da felicidade em 45 dos 52 países pesquisados entre 1981 e 2007 por Inglehart *et al.* (2008), abrangendo 90% da população mundial.

Economic development increases people's sense of existential security, leading them to shift their emphasis from survival values toward self-expression values and free choice, which is a more direct way to maximize happiness and life satisfaction. (INGLEHART *et al.*, 2008, p.266).

Ainda que a amostra seja muito pequena para se chegar a uma conclusão sobre a origem genética da felicidade, o autor dessa monografia conduziu uma pesquisa com 40 gêmeos univitelinos, fazendo a eles a seguinte pergunta: “Quão feliz, em geral, você é de 0 a 10?” o resultado é apresentado na (TABELA 8). Apesar

de que alguns gêmeos tenham dado respostas parecidas, nenhum dos pares pesquisados reportou a mesma felicidade. A média da diferença positiva entre dois gêmeos univitelinos foi de 1,95, a variância de 1,81 e o desvio padrão de 1,34.

TABELA 8 - FELICIDADE ENTRE GÊMEOS UNIVITELINOS

Dupla	Felicidade do 1º gêmeo	Felicidade do 2º gêmeo
A	7	8
B	5	7
C	8	6
D	7	8
E	7	9
F	6	7
G	9	8
H	5	9
I	8	9
J	8	7
K	7	5
L	7	8
M	5	9
N	7	9
O	9	6
P	8	5
Q	6	7
R	7	9
S	5	7
T	6	9

Elaboração e pesquisa própria.⁴⁴

Para Inglehart *et al.* (2008) o avanço econômico não apenas liberta as pessoas da preocupação com a sobrevivência, mas também: aumenta a tolerância; a educação; as possibilidades de viver vidas alternativas; as opções de consumo; a liberdade de escolha; a liberdade de expressão; e consequentemente a felicidade – pontos que são ignorados pelos economistas que afirmam que a felicidade é estável no longo prazo. O autor concluiu que, entre os países pesquisados, apenas os Estados Unidos, a Noruega e a Suíça não tiveram incrementos na felicidade nos últimos anos e só a Áustria, a Bélgica e o Reino Unido tiveram queda na felicidade. Todos os demais tiveram ganhos.

⁴⁴ Pesquisa sem métodos estatísticos de prospecção.

O (GRÁFICO 14) serve para a visualização da justificativa de que a felicidade não é estável, nem geneticamente ou culturalmente determinada. Ela é sempre mutável. Sua prerrogativa se apoia na grande queda da felicidade e da qualidade de vida relatada nos países ex-comunistas pós-fim da U.R.S.S. e no grande aumento da felicidade dos países da América Latina entre 1981 e 2007.

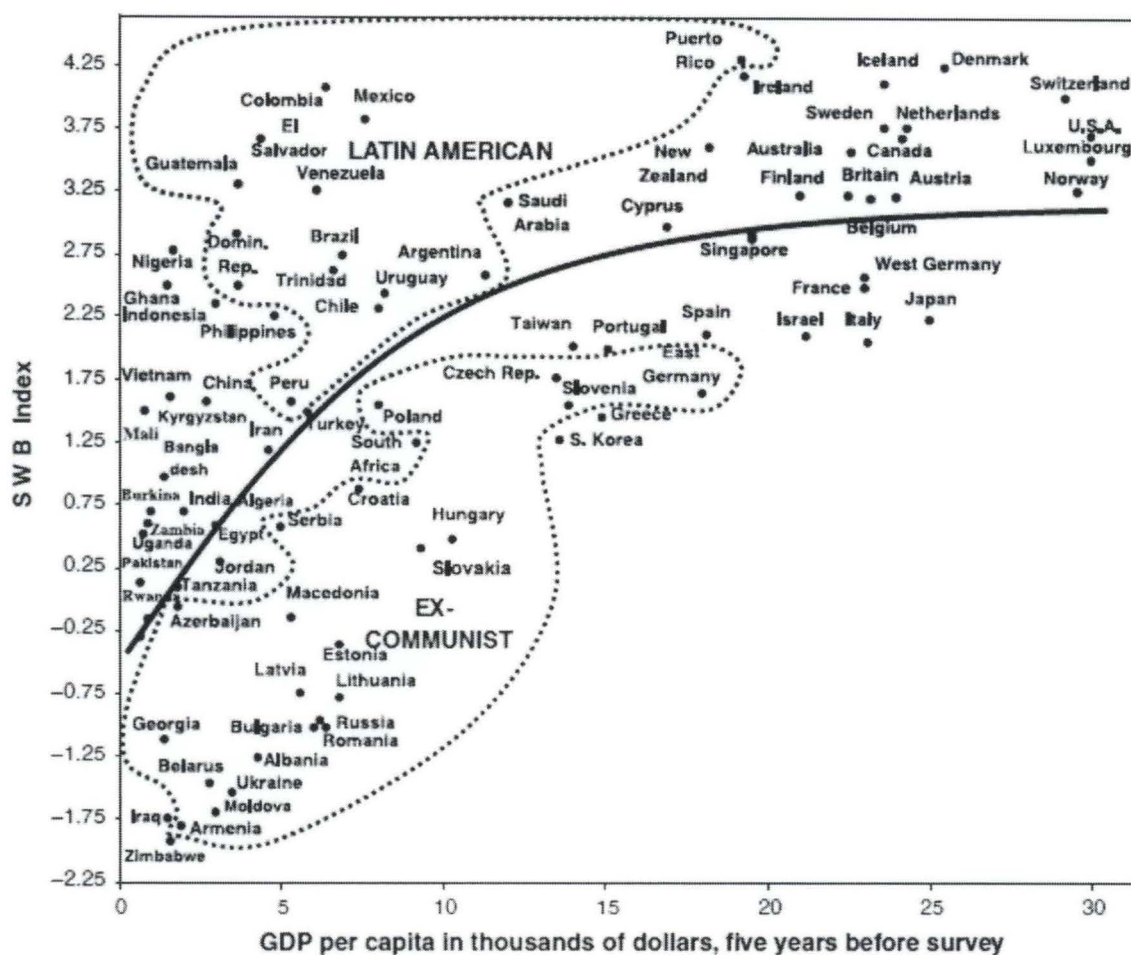


GRÁFICO 14 – RENDA PER CAPITA E SATISFAÇÃO DE VIDA EM 2007

FONTE: INGLEHART et al. (2008, p.269).

A religião, a tolerância às minorias, o nível de democracia e a liberdade de escolha são fortes indicadores do nível de qualidade de vida subjetiva, ou seja, qualidade de vida relatada. Inglehart et al. (2008) compara o baixo desempenho dos países da antiga União Soviética no que diz respeito à felicidade (apenas 12% da população se considera muito feliz), com a América Latina que tem

aproximadamente a mesma renda per capita, mas 45% da população se considera muito feliz. A diferença está nas crenças: o propósito de vida dos ex-soviéticos era o comunismo, cujo ideal era o de construir uma sociedade melhor. Além disso, sentiam muito orgulho de serem cidadãos de um dos principais países do mundo. Com o fim do comunismo, ocorreu um vácuo espiritual. Já na América Latina, a religião e o nacionalismo continuaram fortes: 76% da população da América Latina consideram Deus importante em sua vida e 77% tem muito orgulho de seu país, contra 27% e 39%, respectivamente, dos países ex-comunistas. (INGLEHART et al., 2008).

Um problema para a mensuração é apresentado por Sartorius (2003) como sendo o fato de que o ser humano difere muito entre si. Suas preferências mudam de acordo com a interação com a sociedade e seu humor também muda a toda hora, dificultando a previsão de comportamento devido ao elevado grau de subjetivismo da felicidade. Mas Easterlin (1974) acredita que a mensuração da felicidade não sofre de problemas devido à variação de humor das pessoas, pois a repetição de um mesmo teste com as mesmas pessoas em diferentes períodos de um ano mostrou os mesmos resultados.

Easterlin (2003) concorda que os indivíduos se adaptam às suas condições monetárias, mas alguns eventos na vida, como casamento e divórcio, têm efeitos permanentes na felicidade. Ele também aponta um erro na mensuração pelo método da reconstrução, como citado na subseção 4.1, pois em geral as pessoas erram sua avaliação passada. Os indivíduos tendem a subestimar sua felicidade passada dizendo ser mais infelizes do que sua autoavaliação naquele tempo.

Segundo Johns *et al.* (2007), a mensuração da felicidade é muito subjetiva, de baixa qualidade e com pouca informação relevante, de forma a não ser útil como fomentador das políticas públicas. Para o autor, a mídia exacerba os poderes do governo. As políticas podem no máximo ter uma influência marginal na felicidade dos indivíduos. Johns *et al.* (2007) vai em defesa do PIB como mensuração da economia pois, ao contrário da felicidade: ele é bem definido; sua mensuração é muito mais semelhante entre os governos e economistas; pode ser facilmente comparado entre regiões e no tempo; e sua veracidade pode ser comprovada

através das taxas de desemprego, coleta de impostos, mortalidade infantil, expectativa de vida, taxa de analfabetismo e etc.

Para Johns *et al.* (2007, p.60) a mensuração da felicidade é prejudicial para a tomada de decisão pública. "...a measure that does not act as an uncluttered aid to lucid decision making is worse than useless; it is a drag on our political system."

Para Johns *et al.* (2007) a mensuração do capital ambiental também deve ser feita monetariamente e não via pesquisas. Por exemplo, ao invés de fazer uma pesquisa perguntando quão importante é ter um jardim dentro de casa ou um parque florestal próximo, o ideal seria analisar o valor a mais que as pessoas estariam dispostas a pagar para ter uma casa com jardim maior, ou a quantia monetária gasta com a viagem, equipamentos e acomodações daqueles que visitam um parque. O autor também critica os ambientalistas por darem muita ênfase à falta de ação do governo, quando em verdade, muitos governos já adotaram diversas leis, impostos e taxas, no sentido de redução da poluição e aumento da preservação do meio ambiente.

Johns *et al.* (2007) chama atenção para o fato de que o número de indivíduos com depressão e a demanda por psicólogos e psiquiatras vem aumentado fortemente nos últimos anos, sem que os índices de felicidade tenham diminuído.

O campo da economia da felicidade ainda deve se aprofundar nas questões como a influência do bem estar nos indicadores macroeconômicos, como inflação, consumo, investimentos, produtividade e etc. Para isso, é necessário avançar na qualidade das pesquisas e em seus tratamentos com sofisticadas técnicas econométricas, que gerarão respostas mais precisas sobre a felicidade, aumentando a relevância da mesma para os economistas e os *policemakers*. (GRAHAM, 2008).

O Butão, que foi o primeiro país a adotar a felicidade como prioridade de seu governo, segundo Johns *et al.* (2007), promove uma limpeza étnica em seu país, expulsando, torturando e negando direitos básicos como educação e saúde pública para não butaneses. Essa é uma forma, provavelmente antiética, de promover a felicidade. Essa afirmação é uma contradição a um dos domínios do FIB como apresentado por Helliwell *et al.* (2012), que é o da diversidade e resiliência cultural.

Apesar das críticas, Johns *et al.* (2007) acreditam que a mensuração da felicidade seja importante e que ninguém quer viver em uma sociedade voltada exclusivamente para o interesse pessoal. Ele sugere que os governos utilizem medidas mais precisas e confiáveis, menos propensas às distorções e menos suscetíveis a interpretações tendenciosas. Mas nas últimas linhas de seu artigo, volta a criticar as pesquisas e mensurações da felicidade ao dizer que elas são falhas como a economia soviética foi.

The reflex to reductively pinpoint capitalism as the root of all evil, the urge to intervene, the belief that the expert knows better than the ordinary person what is good for him or her, are incurable. Happiness research is one of the latest manifestations of this tendency. But, just like central planning, it is inherently flawed. (JOHNS *et al.*, 2007, p.74)

Apesar disso, Stoll *et al.* (2012) revelam que a mensuração da felicidade já está fazendo parte da elaboração de políticas públicas de muitos países, entre eles, o Reino Unido, o Butão e a Suécia como já visto, além do Canadá, da França, da Itália e da Alemanha. Esses países estão criando métodos de mensuração da felicidade ou comissões para o desenvolvimento do bem estar subjetivo.

5 CONCLUSÃO

Essa monografia tratou inicialmente de apresentar os principais elementos da teoria tradicional de desenvolvimento econômico, com grande ênfase na desigualdade de renda, no estado estacionário e na convergência mundial, onde se defendeu a plausibilidade da convergência e se criticou o uso da renda per capita como indicador do bem estar. Disso partiu a apresentação das abordagens alternativas, foi exposto que a desigualdade de renda é necessária para economia, mas em reduzido nível. Seu impacto no bem estar depende da percepção de mobilidade social de cada sociedade. A desigualdade do próprio bem estar também foi discutida, onde se propôs a igualdade de oportunidades.

Discorreu-se sobre a importância do bem estar, da felicidade, da satisfação de vida, da liberdade, do capital social e a da ética como integrantes do desenvolvimento econômico. Vários dados foram utilizados para contrapor a teoria convencional, entre eles que muitos países com renda per capita média têm elevado nível de satisfação de vida (como o Panamá e Costa Rica), além de gráficos mostrando que a elevação da renda, com o passar do tempo, reduz seu efeito sobre a felicidade entre os países.

Foram apresentados argumentos econômicos, ambientais e até físicos contra o estado estacionário tradicional. As principais alternativas a ele foram: a economia do tempo, onde o tempo é a mercadoria mais demandada e a mesma dificilmente será saciada; e a redução da jornada de trabalho que disponibilizaria mais tempo para o consumo. Dados empíricos mostraram que a taxa de desemprego e a satisfação de vida são negativamente relacionadas com a jornada de trabalho. Entretanto, foi elucidado sobre o limite social do crescimento econômico e nessa abordagem há constante perda de qualidade dos bens posicionais à medida que a economia cresce.

No último capítulo foram expostos os principais métodos e modelos de mensuração da felicidade contidos na literatura, sendo explanado que os principais elementos da felicidade vão muito além das condições financeiras e materiais. Na discussão sobre a relevância da economia da felicidade, foram reforçadas as teorias que refutam a felicidade imutável. Para isso foi mostrado o caso das populações ex-

soviéticas que tiveram grande queda em sua felicidade mesmo após a recuperação econômica da região. Admitiu-se, ainda, que o grande gargalo para a popularização e universalização da economia da felicidade são suas deficiências na mensuração das variáveis subjetivas. Foram dadas razões para a não maximização da felicidade e encerrou-se explanando as críticas contra a mensuração da felicidade.

Viana (2012) afirma que “a população mundial [atingirá] o pico em torno de 2042, com pouco mais de oito bilhões de pessoas. Sem crescimento populacional, a preocupação com o crescimento econômico medido pelo PIB diminui, cedendo lugar a um aumento de bem estar”. A previsão de Viana vem de acordo com as ideias apresentadas nessa monografia, onde a estabilidade financeira, o acúmulo de bens, a falta de tempo e a ausência de crescimento populacional deverão impulsionar uma mudança no foco dos governos e das sociedades, do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento social, ambiental, cultural e, principalmente, do bem estar e da felicidade.

Entretanto, como apontado, há grandes divergências nos temas apresentados, tanto no que se refere à mensuração da felicidade quanto à sua relevância para a economia. A existência da convergência mundial, o nível ideal de desigualdade de renda e seu efeito na felicidade, e o próprio paradoxo de Easterlin também foram intensamente discutidos, mas sem fortes conclusões, visto que um consenso desses elementos no meio acadêmico está longe de ser alcançado. Essa monografia enfocou a relevância da mensuração de variáveis subjetivas na avaliação do desenvolvimento econômico, sendo, portanto, uma contribuição de sistematização do debate entre os economistas em torno das novas formas de interpretação do desenvolvimento econômico, a partir de abordagens subjetivas e não tradicionais. Ela deixa em aberto tal debate, pois as áreas expostas ainda devem evoluir, para que seja amplamente aceita pela comunidade científica e política com o intuito de que se tornem parte do planejamento econômico mundial.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, S. *et al.* **The Happy Planet Index: 2012 Report. A global measure index of sustainable well-being.** London: New Economics Foundation, 2012.

ALLARDT, E. Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welfare Research. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life.** New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 88-94.

ALESINA, A.; GLAESER, E.; SACERDOTE, B. **Work and leisure in the U.S. and Europe: Why so different?** Cambridge: Harvard Institute of Economic Research, 2005. Disponível em:
<<http://post.economics.harvard.edu/hier/2005papers/2005list.html>>. Acesso: 28/08/2012.

ARCHONTAKI, G.; LEWIS, J.; BATES, T. Genetic influences on psychological well-being: A nationally representative twin study. **Journal of Personality**, No prelo, 2012.

ARISTOTLE; ACKRILL, J.L; URMSON, J. O. **The Nicomachean Ethics.** Oxford: Oxford University Press, 1925.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2007.**
<<http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K7/Resources/Portuguese.pdf>>. Acesso: 21/07/2012.

BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic Growth.** London: Massachusetts Institute of Technology, 2004.

BEAUMONT, J. Measuring National Well-Being, Summary of Proposed Domains and Measures. ONS (Office for National Statistics), 2012. Disponível em:
<<http://www.ons.gov.uk/ons/rel/wellbeing/measuring-national-well-being/summary-of-proposed-domains-and-measures/index.html>>. Acesso: 24/10/2012.

BROCK, D. Quality of Life Measures in Health Care and Medical Ethics. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 95-132.

CALLEN, H. **Thermodynamics and an Introduction to Thermostatistics**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1985.

(CIA) CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, The World Factbook. Distribution of Family Income. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>>. Acesso em 13/05/2012.

CIARLI, T.; LORENTZ, A.; SAVONA, M.; & VALENTE, M. **Structural change of production and consumption**: A micro-macro approach of economic growth and income distribution. Trabalho apresentado na 1a DIME Scientific Conference. Strasbourg: 2008.

COHEN, G. A. Equality of What? On Welfare, Goods, and Capabilities. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 9-29.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, p. 95-120, 1988.

CONCEPT. Desertec Foundation. Disponível em <http://www.desertec.org/concept/>. Acesso em 15/05/2012.

CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. **Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil**. Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A152.pdf>>. Acesso: 14/03/2013.

DALY, H. **Steady-State Economics**. Washington: Island Press, 1991.

DASGUPTA, P. **Human Well-Being and the Natural Environment**. New York: Oxford University Press, 2001.

DIENER, E; SELIGMAN, M. Beyond Money, Toward an Economy of Well-Being. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 5, n.1, p.1-31, 2004.

DURLAUF, S.; JOHSON, A. Convergence. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. **The new Palgrave: a dictionary of economics**. New York: MacMillan Publishers, 2008, v. 2, p. 216-220.

DUTT, A. Happiness and the relative consumption hypothesis. In: _____. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 127-150.

EASTERLIN, R. A. **Does Economic growth improve the Human Lot? Some empirical evidence**. University of Pennsylvania, 1974. Disponível em: <<http://graphics8.nytimes.com/images/2008/04/16/business/Easterlin1974.pdf>>. Acesso em: 24/08/2012.

_____. Explaining happiness. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 100 n.19, p.11176–11183, 2003.

ERIKSON, R. Descriptions of Inequality: The Swedish Approach to Welfare Research. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 67-83.

EUROBAROMETER Surveys. European Commission, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/index.cfm?lang=en>. Acesso: 26/10/2012.

EUROSTAT. Unemployment rate by sex. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcod=e=tsiem110&plugin=1>>. Acesso: 25/05/2012.

FRANK, R. The Easterlin Paradox revisited. In DUTT, A. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 151-157.

FREY, B. S. **Should National Happiness Be Maximized?** Zurich, 2 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/57503523/Should-National-Happiness-Be-Maximized>>. Acesso em: 22/08/2012.

_____. Should national happiness be maximized? In DUTT, A. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 301-323.

FREUD, S. **Civilization and its Discontents**. New York: W.W. Norton, 1989.

FIELDS, G. S. **Poverty, Inequality and Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

GALOR, O; WEIL, D.N. Population, technology, and growth: from Malthusian stagnation to the demographic transition and beyond. **American Economic Review** n. 90, p. 806-828, 2000.

GALLUP World Pull, 2010. Disponível em: <<http://www.forbes.com/2010/07/14/world-happiest-countries-lifestyle-realestate-gallup-table.html>>. Acesso em: 15/06/2012

GAPMINDER World. Disponível em: <<http://www.gapminder.org/data/>> Acessado em 21/05/2012.

GILLIS, M.; PERKINS, D. H.; ROEMER, M.; SNODGRASS, D R. **Economics of Development**. 3 ed. New York: W. W. Norton & Company, 1992.

GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho**. Crítica da Razão Econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAHAM, C. Happiness, Economics Of. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. **The new Palgrave: a dictionary of economics**. New York: MacMillan Publishers, 2008, v. 3, p. 824-829.

_____. ; FELTON, A. Does inequality matter to individual welfare? An initial exploration based on happiness surveys from Latin America. In: DUTT, A. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 158-201.

GRIFFIN, J. Dan Brock: Quality of Life Measures in Health Care and Medical Ethics. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 133-139.

HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012. Disponível em: <<http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/Sachs%20Writing/2012/World%20Happiness%20Report.pdf>>. Acesso: 17/10/2012.

HESTON, A.; SUMMERS R.; ATEN, B. **Penn World Table Version 7.1**. Philadelphia: Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, July 2012. Disponível em: <https://pwt.sas.upenn.edu/php_site/pwt71/pwt71_form.php>. Acesso: 30/10/2012.

HIRSCH, F. **Limites Sociais do Crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

HOFMANN, R. **A contribuição da psicologia social na transição do comportamento econômico individual para o coletivo**. (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

HOWITT, P.; WEIL, D. Economic Development and The Environment. In: DARLAUF, S. N.; BLUME, L. **The new Palgrave: a dictionary of economics**. New York: MacMillan Publishers, 2008, v. 2, p. 663-665.

HUMAN Development Reports. United Nations Development Program, 2011. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/humandev/>>. Acesso: 19/11/2012

HUXLEY, A. **Brave New World**. London: Chatto & Windus, 1932.

INGLEHART, R.; FOA, R.; PETERSON, C.; WELZEL, C. Development, Freedom, and Rising Happiness: A Global Perspective (1981-2007). **Association for Psychological Science**, v. 3, n.4, p.264-285, 2008..Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_122/files/RisingHappinessPPS.pdf>. Acesso em: 05/09/2012

INTERNATIONAL Monetary Fund. World Economic Outlook Database, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 19/06/2012>

JOHNS, H.; ORMEROD, P. **Happiness, Economics and Public Policy**. London: The institute of Economic Affairs, 2007.

KATONA, G. **The Mass Consumption Society**. New York: McGraw-Hill ,1964.

KEYNES, J. Possibilidades econômicas para os nossos netos, 1930. Disponível em: <http://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf>. Acesso em: 27/06/2012.

LINDER, S. **The Harried Leisure Class**. New York: Columbia University Press, 1970.

MARTIN, X.; PINKOVSKIY, M. **Parametric Estimations of the World Distribution of Income**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2009.

MASLOW, A.A theory of Human Motivation. **Psychological Review**, Washington, v.50, p 370 – 396, 1943.

MATSUYAMA, K. **The Rise of Mass Consumption Societies**. London: The Suntory Center, 2000.

_____. **Structural Change in Interdependent World**: A global view of manufacturing decline. Trabalho apresentado no Congress of European Economic Association em Milão, 2008.

METHODOLOGY of the Well-Being Index. Gallup Healthways, 2008. Disponível em: <<http://www.well-beingindex.com/methodology.asp>>. Acesso: 25/10/2012.

MURRAY, C. **Dirty Diplomacy**. New York: Scribner, 2007.

OECD Better Life Index. Disponível em: <<http://www.oecdbetterlifeindex.org>>. Acesso: 23/10/2012. (2012a)

OECD Income distribution and poverty database. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/888932535204>>. Acesso: 21/11/2012. (2012b)

OECD.STAT. Average annual actually worked per worker. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=ANHRS>>. Acesso: 29/10/2012

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARFIT, D. Paul Seabright: Pluralism and the Standard of Living. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 410-416.

PAULO II, J. Mensagem para a celebração do dia mundial da paz do ano 2000. Vaticano, 8 dez 1999.

PHELPS, E. S. The Harried Leisure Class: A Demurrer. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 87, n. 4, p. 641-645, 1973.

PIGOU, A. C. The Economics of Welfare. London: Macmillan and Co., 1920. Disponível em: <<http://archive.org/stream/economicsofwelfa00pigouoft#page/n5/mode/2up>>. Acesso: 28/10/2012.

PRAAG, B. M. S. The Relativity of Welfare Concept. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 362-385.

PROGRAMME Scientifique à Moyen Terme Bilan, 2003. **Institut de Recherches Economiques et Sociales**. Disponível em < http://www.ires-fr.org/images/doc_travail_01_2003.pdf>. Acesso em 25/05/2012.

PUTNAM, R., LEONARDI R, NANETTI R. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAUCHFUSS, T.; HEIDEN, Z. New way to make water. **University of Illinois**. Urbana-Champaign, 31 outubro 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedaily.com/releases/2007/10/071031125457.htm>>. Acesso em: 14/05/2012.

RIDGE, C. et al. The casual link between happiness and democratic welfare regimes. In DUTT, A. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 271-284.

SALA, M. X. The world distribution of income: falling poverty and convergence. **Quarterly Journal of Economics**, n. 121, p. 351-397, 2006.

SARTORIUS, C. **An Evolutionary Approach to Social Welfare**. London: Routledge, 2003.

SCANLON, T. Value, Desire, and Quality of Life. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 185-200.

SEABRIGHT, P. Pluralism and the Standard of Living. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press Inc., 2005. p. 393-409.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

____; KLIKSBURG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

____. Social Capital. In: DARAUF, S. N.; BLUME, L. **The new Palgrave: a dictionary of economics**. New York: MacMillan Publishers, 2008, v. 7, p. 573-578.

SMITH, C. W. Plants without soil. 14 Dezembro 2002, Disponível em: <<http://aces.nmsu.edu/ces/yard/2002/121402.html>>. Acesso em: 14/05/2012.

STOLL, L.; MICHAELSON, J.; SEAFORD, C. **Well-being evidence for policy: A Review**. London: The new economics foundation, 2012.

SUTCLIFFE, B. **A converging or Diverging World?** Desa Working Paper no. 2, 2005. Disponível em: <http://www.un.org/esa/desa/papers/2005/wp2_2005.pdf>. Acesso em: 24/05/2012.

TAUSSIG, F.W. Stationary State. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. **The new Palgrave: a dictionary of economics**. New York: MacMillan Publishers, 1987, v.2, p.484.

TAUX de chômage depuis 1975. **Institut National de la Statistique et des Étude Économiques**. Disponível em :<http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=0&ref_id=NATnon03337>. Acesso em 25/05/2012.

TAVARES, M. C. **Papo UFRJ - Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro, 13 mai. 2009. Entrevista Disponível em: <http://www.webtv.ufrj.br/?option=com_content&task=view&id=524&Itemid=>. Acesso em: 19/09/2012.

THOR, S. **Behavioral Economics and Happiness: Can the former impact the later?** Newberg: George Fox University, 2010. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/44560982/Behavioral-and-Happiness-Economics-Scott-Thor>>. Acesso em: 23/08/2012.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. Boston: Pearson, 2009.

VIANA, D. Como será o amanhã. **Valor Econômico**, São Paulo. 17 agosto 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2792478/como-sera-o-amanha#ixzz24CR955Tz>>. Acesso em: 21/08/2012.

VEENHOVEN, R. How do we assess how happy we are? Tenets, implications and tenability of three theories. In: DUTT, A. **Happiness, Economics and Politics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2009. p. 45-69

(WB) THE WORLD BANK. Gini Index, 2012. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/>>. Acesso: 30/10/2012.

WILSON, E. **Again Happiness**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.

WORLD Values Surveys Databank, 2008. Disponível em: <<http://www.wvsevsdb.com/wvs/WVSAanalyzeQuestion.jsp>>. Acesso: 26/10/2012.